

MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NA AMAZÔNIA

REPORTAGENS DOS PARTICIPANTES DO LABORATÓRIO
AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO
SANTARÉM- PA/2008

MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NA AMAZÔNIA

REPORTAGENS DOS PARTICIPANTES DO LABORATÓRIO
AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO
SANTARÉM- PA/2008

LABORATÓRIO AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE
JORNALISMO: MEIO AMBIENTE E AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA

22 A 25 DE JUNHO DE 2008 – SANTARÉM – PA

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO

Fundação Konrad Adenauer –

Escritório de Fortaleza e

Programa Medios de Comunicación y

Democracia en Latinoamérica da Fundación

Konrad Adenauer em Buenos Aires – Argentina

e Projeto Saúde e Alegria

© Copyright – 2008 by Fundação Konrad
Adenauer

EDITORA RESPONSÁVEL

Anja Czymmeck

ORGANIZADOR

E COORDENADOR EDITORIAL

Miguel Macedo

COPYDESK

Vianney Mesquita

REG. Prof. MTE 00489JP

PROJETO GRÁFICO e CAPA

Wiron Teixeira

FOTO DA CAPA

Emiliano Mancuso

(Cedida pelo Projeto Saúde e Alegria)

As opiniões externadas nas contribuições deste livro
são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Av. Dom Luís, 176 – mezanino- Aldeota 60160-230 –

Fortaleza – CE – Brasil

Telefone: 0055 – 85 – 3261.9293 / Fax: 0055 – 85 –

3261.2164

Sítios web: www.kas.de/brasil;

www.sustentavel.inf.br

e-mail: kas-fortaleza@kas.de

Impresso em papel reciclado

Impresso no Brasil – *Printed in Brasil*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
DAL MARCONDES	
VENCEDORES	11
Povos tradicionais da Amazônia – os biozeladores da floresta	13
GERLENE RODRIGUES DA CRUZ	
Amazônia: diga sim!	16
RAFAELLA PARENTE	
A renda que vem da floresta e que contribui para a sua conservação	19
THIAGO MENDES	
Amazônia: uma esperança e uma solução	22
EDWIRGES NOGUEIRA	
A comunicação comunitária pela preservação do meio ambiente na Amazônia	25
PEDRO ALVES DOS SANTOS NETO	
Desenvolver, sem desmatar: o grande desafio da Floresta Amazônica	28
CAROL DOMINGUES	
Nem tudo o que reluz é ouro: pode ser soja	31
ISABELLE AZEVEDO	
Amazônia: do desmatamento ao desenvolvimento sustentável.....	34
GISELE SOARES MENEZES SILVA	
Os caminhos da soja na Amazônia	37
DIONÍSIO CARVALHO	
As veias abertas da Amazônia	40
JULIANNA SAMPAIO	
Amor e ódio: o cenário atual da Amazônia	43
LEAL MOTA FILHO	
Amazônia: quem é o dono do problema	46
WALESKA FIÚZA THOMPSON	

APRESENTAÇÃO

Uma oportunidade para conhecer, aprender e para entender melhor a complexidade da Floresta Amazônica. Com o propósito de oferecer um mosaico de experiências e ajudar a identificar o interesse de futuros jornalistas pela Amazônia brasileira, o Laboratório Ambiental para Estudantes de Jornalismo: Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas na Amazônia, reuniu em Santarém, Pará, durante quatro dias, 21 estudantes de jornalismo dos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.

Foi promovido pela Fundação Konrad Adenauer, escritório de Fortaleza, Representação para o Nordeste e Norte do Brasil, e pelo Programa Medios de Comunicación y Demcoracia en Latinoamérica, escritório em Buenos Aires, Argentina (www.medioslatinos.com), em parceria com o Projeto Saúde e Alegria, em Santarém. O Laboratório Ambiental proporcionou a futuros profissionais, contato direto com a realidade da maior referência mundial da biodiversidade socioambiental do Planeta. Serviu ainda para incentivar e estimular a produção de reportagens que reflitam sobre a biodiversidade e a sustentabilidade dos recursos socioambientais da Amazônia.

Buscou-se, a aproximação entre os estudantes de jornalismo dos estados do Nordeste e Norte do Brasil. E deles com os povos tradicionais da floresta. Com as experiências das comunidades na Amazônia, que estão tentando dar outro sentido à idéia de sustentabilidade, ou do desenvolvimento sustentado. Dar outra noção tanto à questão ambiental quanto socioeconômica, relacionando a questão ambiental com a sobrevivência das pessoas.

A alternativa de um formato original conciliou debates teóricos com técnicos e estudiosos. Con-

tou com a presença de especialistas e jornalistas habilitados, como Marcelo Leite e Dal Marcondes, com experiência em jornalismo ambiental - particularmente em relação à Amazônia -, e visita de campo, permitindo aos participantes vivenciarem uma experiência por outros meios e olhares, além das exposições teóricas e debates. Aspectos fascinantes da Floresta Amazônica, sua biodiversidade e sociodiversidade, suas relações com o clima regional e global.

Daí a oportunidade de incluir na programação, a viagem a campo com o objetivo de acrescentar às informações adquiridas, uma experiência pessoal de observação e contato com as diferentes formas de convivência das populações tradicionais com a floresta. Para quase todos, a oportunidade rara. Significou um salto de interesse e de conhecimento de causa, acerca de uma matéria ainda presente, com menos ou mais intensidade, dependendo do interesse, na mídia. Diante de uma região tão idealizada, tão cheia de dificuldades e de possibilidades e, principalmente, tão rica – de natureza, de gente e de espírito -, o contato, um conhecimento, uma reflexão.

Depois dos dois primeiros dias em Santarém, reunido na sede do Projeto Saúde e Alegria para as discussões, o grupo visitou, no terceiro dia, a vila de Alter do Chão, banhada pelo rio Tapajós, e, no Município de Belterra, a Casa Brasil onde funciona o telecentro digital e ações de educomunicação. Em seguida, conheceu áreas de plantio de soja e arroz, as comunidades Maguari e Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), o Grupo de Produção de Couro Ecológico, em Maguari, e o barco Abaré, unidade móvel de saúde.

O Laboratório reuniu estudantes dos cursos de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará

(UFC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Faculdade 7 de Setembro (Fa7), do Ceará; da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Faculdade Santo Agostinho (FSA), do Piauí; Universidade Federal do Maranhão (UFMA), do Maranhão; e do Instituto Esperança de Ensino Superior (IEES), de Santarém, no Pará. Eles foram selecionados após avaliação de texto descritivo de intenção e interesse por jornalismo ambiental.

O principal objetivo desta publicação é justamente divulgar a experiência – que superou as expectativas –, como parte do Concurso de Reportagem Meio Ambiente e Mudanças Climáticas na Amazônia. De acordo com o regulamento do concurso, as reportagens dos estudantes deveriam partir do tema central e das questões relacionadas ao evento e que foram apresentadas, debatidas e tratadas durante a realização do Laboratório, nas palestras e na viagem de campo. Na prática, o concurso tem um resultado que vai além das reportagens. Ele tem o papel de incentivar futuros formadores de opinião e profissionais do jornalismo, a expandir novos olhares do jornalismo ambiental.

As reportagens foram avaliadas por uma comissão julgadora, composta pelos jornalistas Edgard Patrício, professor e coordenador da ONG Catavento Comunicação e Educação; Maristela Crispim, repórter do jornal Diário do Nordeste; Miguel Macedo, coordenador de projetos da Fundação, e pela Representante da Fundação Konrad Adenauer, em Fortaleza, Anja Czymmeck. A comissão julgadora avaliou os seguintes aspectos: correlação do conteúdo do texto ao tema e à região amazônica; correção (aspectos gramaticais), estilo (clareza/coesão), linguagem jornalística, redação-edição, estruturação, pesquisa e documentação, profundi-

dade da abordagem, enfoque e fidelidade ao tema, construção da narrativa jornalística, produção da reportagem e ritmo, dentre outros julgados relevantes para a execução de uma boa reportagem.

As três melhores reportagens foram indicadas para reconhecimento. O primeiro colocado receberá um diploma, terá o texto traduzido para o alemão e publicado no website da Fundação Konrad Adenauer, além de ganhar publicações editadas pela Fundação, relativas à mídia. O segundo e terceiro colocado também recebem diploma e publicações da Fundação, a título de menção honrosa. Todos os estudantes que participaram do Laboratório receberam certificados de participação.

Para concluir, este projeto não seria uma realidade sem o apoio do Programa Medios de Comunicación y Democracia em Latinoamérica, escritório em Buenos Aires, Argentina, e do nosso parceiro Projeto Saúde e Alegria. O empenho dos membros da comissão julgadora, por termos um processo justo e preciso de avaliação jornalística e ambiental. Finalmente, aos coordenadores dos cursos de Jornalismo das universidades e faculdades dos estados do Nordeste e Norte do Brasil, e aos estudantes que participaram do processo de seleção e, em particular, aos que compartilharam conosco momentos inesquecíveis, mesmo com algumas limitações, para fazer o máximo no menor espaço de tempo possível. Complementam a publicação fotografias, programação e lista de endereços dos participantes, a quem os organizadores agradecem mais uma vez pela gentil e valiosa contribuição.

ANJA CZYMMECK
REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
PARA O NORDESTE E NORTE DO BRASIL
ESCRITÓRIO DE FORTALEZA

INTRODUÇÃO

DAL MARCONDES*

UM OLHAR SOBRE AS MUITAS AMAZÔNIAS

Nas barrancas do rio Tapajós vivem diversas comunidades que estão na região desde tempos imemoriais. O mesmo acontece em cada beira de rio na Amazônia. A região tem 23 milhões de habitantes. Relativamente pouco, se comparado com os mais de 150 milhões do restante do Brasil, e levando-se em conta que a região que detém a maior floresta tropical do mundo representa 53% do território brasileiro. As dimensões ficam ainda mais complexas se as contas incluírem as Amazônias do Peru, do Equador, da Colômbia, da Venezuela, do Suriname e da Guiana. Assim o Brasil fica com apenas 50% de todas as Amazônias, o que significa 52 milhões de quilômetros quadrados. A Pan-Amazônia chega a mais de 100 milhões de quilômetros quadrados. O uso do plural – Amazônias – é justificável não apenas por uma questão de geografia política e fronteiras nacionais, mas porque as Amazônias têm, também, economias distintas, culturas múltiplas e fatores socioambientais dos mais diversos.

O desafio de olhar para a Amazônia é, também, a vontade de se despir de preconceitos e ideologias para poder perceber as nuances de cada comunidade, modelos econômico e modo de vida; compreender que a região precisa se desenvolver sem maniqueísmos e que a floresta e a biodiversidade de cada Estado pode ser trabalhada de forma sustentável de acordo com a cultura local. No Sul/Sudeste, as pessoas têm a verdadeira noção das diferenças culturais, políticas e ambientais entre gaúchos e mineiros, entre paulistas e cariocas, entre baianos e goianos. Quando se trata de Amazônia, no entanto, a tendência é considerar, de longe, que tudo é parte de uma só cultura, de um ecossistema monolítico e de um modo de vida igual.

Não, as muitas Amazônias são diferentes em quase tudo. Mesmo a floresta, com sua onipresença,

têm potencialidades que o povo local conhece bem. Tem bichos e plantas que preferem estar aqui ou ali. A economia varia de acordo com a região. As fronteiras são empurradas de forma diferente e mesmo o desmatamento tem vetores distintos. Em um lugar é o gado, em outro a madeira. Outro ainda é a soja, e muitos outros estão aguardando sua vez, como estradas e represas. A biodiversidade da região é feita por 425 espécies de mamíferos, 1.300 de aves, 427 de anfíbios e 371 de répteis, além de mais de 3 mil espécies de peixes e 40 mil espécies de plantas. Têm rios de água preta (Negro), água branca (Solimões) e águas claras (Tapajós). Tem 200 mil índios, divididos em 220 povos e que falam 180 línguas.

Entres os grandes problemas da Amazônia estão o desmatamento, o uso insustentável de seus recursos naturais, a ocupação desordenada do território, a falta de regularização fundiária e uma imensa ladainha de mazelas. Para resolver todas elas, porém, o Brasil precisa encarar a maior delas: o preconceito e o desconhecimento das realidades das Amazônias. Ninguém gosta do que não conhece e o preconceito prospera na ignorância. Os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia brasileira e o Brasil precisa oferecer respostas para formulação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região.

OS DESAFIOS DA MÍDIA

Para que a sociedade brasileira comece a formular novas propostas e opções para a Amazônia, é necessário que a conheça em profundidade e não apenas quando saem os índices de desmatamento ou surgem alguns escândalos. A maior parte dos jornalistas que atuam nos grandes jornais do eixo Rio/SP/Brasília nunca esteve na Amazônia de

fato. Alguns foram a Manaus ou a Belém, cidades cosmopolitas, que pouco ou nada têm de contato real com a floresta. Cobrir as Amazônias é caro, argumentam, com razão, editores de todo o Brasil. Uma viagem à região exige recursos escassos nas redações: tempo, dinheiro e jornalistas preparados para o trabalho de reportagem na região.

A Amazônia, no entanto, é a grande pauta global. É ela que define a presença do Brasil na mídia internacional, não os sonhos e realizações de empresários, pesquisadores e políticos que vivem e trabalham próximos ao trópico de Câncer. Nas grandes mídias globais, os indicadores e números da região ganham destaque em textos de reportagens, análises e muitos infográficos. Também ONGs brasileiras e internacionais mantêm bases na região, com trabalhos em todas as vertentes. Esta presença internacional é vista com certa xenofobia por quem não conhece e não sabe o que acontece na linha do Equador; uma xenofobia que chega a atingir inclusive brasileiros tradicionais, como as populações indígenas e quilombolas. Eles têm direitos ancestrais reconhecidos pela Constituição do Brasil, mas recebem ataque de pessoas que não têm a autoridade, o conhecimento ou o caráter necessário para opinar

Cabe à mídia, ou melhor, aos jornalistas - uma vez que a própria mídia passa por um processo de reconstrução baseado nas inovações da TV digital e na internet -, estar preparados para deitar um olhar maduro e isento de preconceitos sobre uma

das regiões mais ricas, biodiversa e vital para o Brasil e para o equilíbrio ambiental global. A busca por modelos de desenvolvimento baseados em princípio de sustentabilidade precisa do apoio de profissionais de imprensa capazes de relatar boas práticas e não apenas oferecer denúncias. O jornalismo necessário para estes novos tempos tem de carregar a inovação das boas notícias, sem deixar de manter a vigilância cidadã sobre os desmandos e crimes cometidos em uma região onde o Estado é notado por sua ausência.

O exercício deste novo jornalismo é o desafio de uma geração de brasileiros que está vendo o Planeta ficar pequeno e o Brasil crescer. Um jornalismo que olha diferente e projeta para um tempo de grandes transformações ambientais, éticas e políticas. Será o jornalismo que vai mostrar como estão sendo abertos os caminhos para que a humanidade e o Brasil superem entraves de uma profunda mudança de paradigmas econômicos e sociais. E a Amazônia é um dos importantes campos deste jornalismo. O Brasil precisa conhecer a Amazônia e a mídia tem papel estrutural nesta tarefa (Envolverde).

*DIRETOR RESPONSÁVEL DA AGÊNCIA ENVOLVERDE; GRADUADO EM JORNALISMO PELA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES – USP – ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL PELA USP –COORDENADOR DA EcoMÍDIAS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÍDIAS AMBIENTAIS) – ESPECIALIZADO EM JORNALISMO ECONÔMICO - MTB 15.430

VENCEDORES DO CONCURSO DE REPORTAGEM – CATEGORIA IMPRESSO



PRIMEIRO LUGAR

Nome: **Gerlene Rodrigues da Cruz**

Reportagem: Povos tradicionais da Amazônia – os biozeladores da floresta
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Gerlene Rodrigues da Cruz é graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor), em julho de 2008. Sua experiência profissional inclui, em especial, atuação no Instituto de Pesquisas Datafolha, no Grupo de Comunicação O Povo e na Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef.



SEGUNDO LUGAR

Nome: **Rafaella Parente de Sousa**

Reportagem: Amazônia: diga sim!
Universidade Federal do Ceará - UFC

Rafaella Parente é concludente do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Já realizou estágios em assessoria de imprensa e produção, reportagem e edição em televisão. Desde 2007, é estagiária do O Povo Online, portal de notícias na internet do Grupo de Comunicação O Povo.



TERCEIRO LUGAR

Nome: **Thiago Mendes de Oliveira**

Reportagem: A renda que vem da floresta e que contribui para a sua conservação
Universidade Federal do Ceará – UFC

Thiago Mendes é estudante do 8º semestre de Jornalismo do curso de Comunicação Social da UFC. Atualmente é estagiário da Assessoria de Comunicação da Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), onde atua desde julho de 2007. Estagiou também no núcleo de Cotidiano do jornal O Povo e foi bolsista do portal da UFC. Está escrevendo monografia sobre cidade e cotidiano na produção jornalística de Eleuda de Carvalho. Tem especial interesse pelos temas Memória, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Literatura.

POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA – OS BIOZELADORES DA FLORESTA

Desmatamento, biogrilagem, exploração madeireira ilegal, cultivo da soja e pecuária extensiva representam alguns dos grandes problemas que assolam a Amazônia. Desde a chegada dos europeus, responsáveis pela dizimação de culturas, povos e riquezas naturais - passando pela explosão populacional durante o ciclo da borracha, período no qual milhares de nordestinos migraram para a região em busca do “ouro negro” até a atual fase “desenvolvimentista”, que promove a devastação da floresta para a criação de gado e plantações de soja - a ação predatória do homem demonstra o descaso em relação ao meio ambiente, às fragilidades dos sistemas de monitoramento e à ineficiência das políticas públicas na Amazônia.

Nesse território de conflitos, encontram-se as populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, pequenos agricultores, quilombolas, povos da floresta), comunidades que sofrem as conseqüências dos crimes ambientais contra o bioma amazônico. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais define-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

No Brasil, as comunidades tradicionais estão divididas em povos indígenas e populações tradicionais não indígenas. Cerca de 60% dessas populações vivem na Amazônia. Esses grupos preservam a cultura da floresta, vivem da agricultura de subsistência, da pesca e da caça e coletam produtos

naturais para constituir renda. “A Amazônia é palco de comunidades tradicionais que utilizam os recursos provenientes da cobertura florestal e usam os recursos no presente sem comprometer o futuro. É símbolo de vida e patrimônio da humanidade”, ressalta Anderson Costa, pesquisador assistente do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Essa intrínseca relação de dependência entre os comunitários e a floresta torna as populações tradicionais mais vulneráveis às mudanças climáticas, transformando-as nas principais vítimas da destruição do meio ambiente, ocasionada pela cultura exploratória que impera na Amazônia.

Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, que atua junto às comunidades ribeirinhas da região oeste do Pará, assegura que as populações tradicionais sabem a importância de proteger a floresta. “Eles que conscientizam a gente em relação à questão ambiental. O que fazemos é levar informações sobre o que está acontecendo no mundo porque eles estão isolados. Precisamos falar, por exemplo, que a água que eles estão acostumados a beber está contaminada porque tem um esgoto sendo jogado no rio. Eles estão sentindo na pele as conseqüências das modificações climáticas”.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais, destacam-se: poluição dos rios e lagos, baixa renda, precariedade na área de saúde e educação, exploração das terras e dos saberes tradicionais desses povos. “Eles vivem de subsistência, mas já não conseguem mais garantir a caça, o peixe para poder alimentar as famílias, não há luz elétrica e a circulação de moeda é muito baixa. Eles vivem em dificuldade”, relata Scannavino.



■ RAIMUNDO COSTA PEDROSA, UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS DE MAGUARI, DESTACA A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS PARA O FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Apesar das constantes aparições na mídia, a realidade da Amazônia ainda é desconhecida pelo povo brasileiro. Caetano Scannavino lamenta a falta de informação e o desconhecimento sobre o que efetivamente acontece nessa região, “o que se acha e o que se pensa em relação à Amazônia é muito diferente do dia-a-dia de quem está aqui. Muitas pessoas imaginam bichos, florestas e esquecem que essa é uma região habitada, que tem um povo maravilhoso. Seja na cidade, seja no interior esse povo tem uma cultura própria. Ele é sabedor das coisas, é sabedor de soluções aqui para a região e se fosse mais ouvido, muitas das soluções em relação à Amazônia já poderiam estar encaminhadas”.

Para ele, fortalecer as populações da floresta é uma das formas de salvaguardar a Amazônia, pois “essa população depende da natureza pra sobreviver. Eles não cobram salário para poder cuidar da floresta. Eles cuidam voluntariamente”, anota. O discurso de Raimundo Costa Pedrosa, uma das principais lideranças de Maguari, revela os anseios da comunidade: “o que a gente espera hoje é melhorar não só nas cidades grandes, mas nas nossas comunidades também.”

A participação das populações tradicionais - cerca de 30 mil - no combate à degradação ambiental ainda é incipiente. Para João Meireles Filho, escritor e ambientalista, é necessário haver incentivos para a conservação da floresta. Segundo ele, a pecuária teve investimentos de R\$ 2 bilhões de bancos oficiais, o alumínio recebeu, em 20 anos, R\$ 3,5 bilhões, enquanto as comunidades tradi-

cionais continuam vivendo na linha da pobreza. Além da falta de investimentos, a escassa difusão de uma cultura ambiental que promova a valorização dos povos da floresta dificulta a ampliação de um modelo de desenvolvimento sustentável. “Se der uma motosserra, um trator de esteira e gado na mão da população tradicional também irá fazer o mesmo estrago do migrante. A questão é mudar a cultura para que avancem os projetos de sustentabilidade”, explica João Meireles.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fomentar o desenvolvimento de projetos sustentáveis é promover a geração de emprego e renda, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da cultura da floresta. O conceito de desenvolvimento sustentável definido pela Comissão Brudtland, da Organização das Nações Unidas (ONU), é “satisfazer as necessidades das atuais gerações sem comprometer a habilidade de futuras gerações em atender às suas próprias necessidades”.

Na Amazônia, algumas comunidades tradicionais realizam atividades ambientalmente responsáveis em projetos apoiados pelo governo, instituições da sociedade civil e organizações não governamentais que investem em ações voltadas para a qualificação profissional e para o crescimento econômico das famílias amazônicas. Todos os projetos são direcionados para a capacitação das comunidades para que possam gerir e dar continuidade aos trabalhos.

Às margens do rio Arapiuns, populações tradicionais apostam na conservação da floresta investindo em artesanato e ecoturismo. Valcléia Lima, técnica do programa Economia da Floresta da Saúde e Alegria, explica que unir o turismo com a produção artesanal é a alternativa para as comunidades porque a renda vem “dos serviços que a comunidade oferece e dos produtos fabricados nas respectivas localidades”.

Atualmente, 38 artesãs fabricam cestaria em palha da palmeira tucumã na comunidade de Urucureá. A experiência está sendo implementada em mais dez comunidades que detêm a técnica da cestaria. As atividades de ecoturismo de base comunitária na região englobam cinco comunidades da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), três da Reserva Extrativista (Resex) e mais seis na área do Lago Grande (Feagre). Além da geração de renda para as famílias, essas ações garantem o fortalecimento econômico das comunidades locais.

Os recursos advindos dos projetos são destinados a um fundo comunitário para o fortalecimento de três federações (Federação da Flona, Federação da Resex e Federação da Gleba Lago Grande), o percentual de 60% da verba é direcionado para o fortalecimento institucional das federações e 40% para as ações de formação e capacitação das comunidades que desenvolvem atividades de ecoturismo.

Segundo Valcléia Lima, já existe uma conscientização ambiental das comunidades ribeirinhas porque “eles sabem que a riqueza da soja é

passageira. As comunidades estão preservando aquilo que ainda existe de floresta porque sabem que é isso que mais tarde vai trazer benefícios para as suas famílias”.

Na comunidade de Maguari, a fabricação de bolsas e acessórios feitos de couro é a principal fonte de renda de 70 famílias, membros da Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Rio Tapajós. Alciney Feitosa, um dos integrantes do projeto Couro Ecológico, acentuar que a iniciativa transformou os hábitos culturais dos moradores. “A gente trabalhava na roça. Lá a gente estava degradando muito a floresta. Estava derrubando a floresta para fazer roçados imensos. Se fosse ficar todo tempo fazendo roçado não ia mais ter floresta. Com o couro a gente não está degradando o meio ambiente”, disse. O ecoturismo e a venda de biojóias também promovem o crescimento econômico na localidade.

Se as populações tradicionais são beneficiadas com os produtos provenientes da floresta, as riquezas biológicas encontradas na Amazônia são preservadas por essas comunidades que atuam como guardiãs da natureza, reduzindo gradativamente a exploração dos recursos naturais pelos grileiros, sojeiros, pecuaristas e demais criminosos ambientais interessados em destruir a biossocio-diversidade da maior floresta tropical do Planeta. A preservação dos valores e da cultura das populações tradicionais contribuirá para o avanço de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia, garantindo o fortalecimento da cidadania dos povos da floresta

■ NO MEIO DA FLORESTA, UM GALPÃO PARA PRODUÇÃO DE COURO ECOLÓGICO, QUE ENVOLVE A APLICAÇÃO DO LÁTEX NO TECIDO DE ALGODÃO, A SECAGEM AO SOL E O ACABAMENTO FINAL



AMAZÔNIA: DIGA SIM!

Observar a Amazônia a 10 mil metros ou 33 mil pés de altitude faz lembrar as ilustrações existentes em livros de Geografia. Rios de inundar os olhos, verdes de perder de vista. Imensidão de água doce e floresta tropical que impressionam. Também pudera! A Amazônia Legal possui cerca de 5,2 milhões de quilômetros quadrados e abrange nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão). Não é a maior floresta do mundo - perde para a Floresta Boreal -, mas é a campeã no quesito biodiversidade, com aproximadamente 50 mil espécies catalogadas de plantas, três mil tipos de peixes e 1,7 mil aves diferentes.

O avião se prepara para o pouso e, a uma altura menor, a Amazônia se deixa ver em detalhes e a realidade incomoda. O verde intenso vai perdendo a tonalidade. Polígonos e mais polígonos extraem a uniformidade da floresta. Eis o saldo da ação humana: desde 1970, já foram desmatados cerca de 700 mil quilômetros quadrados da floresta no Brasil. Da mata original, 17% já foi convertido em terra nua.

Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), organização não governamental com sede em Belém, cerca de 45% da Floresta Amazônica está antropizada, ou seja, sofreu algum tipo de degradação por interferência humana. Projeções afirmam que se o desmatamento seguir o mesmo ritmo, em 50 anos, a mata terá perdido 40% da vegetação.

“A Amazônia não está perdida. Os sistemas de monitoramento estão ajudando a localizar as áreas de desmatamento”, afirma Anderson Cos-

ta, pesquisador assistente na área ambiental e sensoriamento remoto do Imazon.

O boletim do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgado em 29 de julho de 2008, mostra redução de 20% nos índices de desmate na Amazônia. Os alertas do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) apontaram 870 quilômetros quadrados de áreas desmatadas no mês de junho. Em maio, o número foi de 1.096.

Ainda de acordo com o relatório do Inpe, só no Pará, o desmatamento cresceu em 91%. Foram contabilizados 499 quilômetros quadrados de áreas desmatadas em junho, contra os 262 do mês anterior. O aumento, diz o instituto, se deve a uma melhor capacidade de observação em junho. Em segundo lugar vem o Mato Grosso, com 197 quilômetros quadrados de matas devastadas, índice que mostra queda de 70% em relação a maio (646 km²).

Além da análise do Inpe, a degradação também é monitorada mensalmente pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon. A previsão do SAD é de que no apurado deste ano - entre 1º de agosto de 2007 e 31 de julho de 2008 - os números superem a estatística de 2006 a 2007. Isso por que, se computado até junho, já foram desmatados cerca de 4.754 quilômetros quadrados, ante a medição anterior de 4.370.

A diferença de resultados entre os dois sistemas ocorre pelo fato de o Deter considerar desmatamento a soma do corte raso (locais onde a floresta é completamente derrubada), com o das áreas degradadas (mata em que a estrutura está

comprometida) e o SAD contar apenas a perda total da cobertura vegetal.

NA TRILHA DO DESMATAMENTO

Diante de tantos quilômetros quadrados devastados, vem a pergunta: quem são os responsáveis pelo desmatamento? Sem titubear, podemos responder que o futuro da Amazônia depende da ação de basicamente três atividades: exploração madeireira, agropecuária e agronegócio.

“Integrar para não entregar”, com esse lema, o regime militar incentivou a ocupação da Amazônia na década de 1960. A partir daí, o homem fincou raízes e arrancou inúmeras outras. Para ocupar o espaço vazio, trouxe junto o gado, que é responsável por cerca de 70% do fim das matas. O pasto já cansado do boi dá lugar à soja, que absorve da terra até o último nutriente. No fim, o que sobra? Vinte mil quilômetros quadrados de abandono.

“A questão madeireira é um dos problemas seríssimos. É uma fonte de renda do Estado do Pará muito importante. É a segunda maior contribuição do PIB (Produto Interno Bruto). Cerca de 90% é com base no ilegal”, explica Daniel Cohenca, chefe regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em Santarém, no Pará.

Anderson Costa diz que, para restringir o desmatamento, é necessário cumprir o código florestal. “O Ibama está fazendo a parte dele, emitindo multas. O processo judicial, porém, envolve 20, 30 anos. Os proprietários começam a achar bre-

cha na legislação e empurram essas multas que foram emitidas para serem engavetadas”, reclama.

À PROCURA DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“O modelo de desenvolvimento da Amazônia ainda continua embasado na soja, pecuária, madeira e minérios. Tem que mudar esse modelo. Propor novas maneiras de exploração”, desabafa Daniel Cohenca. Segundo ele, um dos problemas é que as atividades sustentáveis são inéditas e por isso, não recebem muitos incentivos bancários. “Os bancos já conhecem as atividades como a pecuária e já sabem o lucro que ela dá e o que é preciso para implantá-la”.

Na opinião de Cohenca e de outros ambientalistas, estudiosos e defensores da Amazônia, é preciso elaborar um plano eficaz de prevenção e combate ao desmatamento. Uma das prioridades seria promover o ordenamento fundiário. A essa idéia juntam-se outras: dar incentivos fiscais para aumentar o rendimento de áreas já desmatadas, dificultar o acesso a crédito financeiro para os municípios que mais desmatam, penalizar as empresas que realizam comércio com produtores embargados pelo Ibama e cobrar das instituições financeiras a responsabilidade ambiental através do fomento às atividades produtivas sustentáveis. Não se pode negar, no entanto, que não houve avanços em busca de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Um exemplo disso foi a Lei das Florestas Públicas implantada na gestão da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A

■ A FLORESTA DEVASTADA: O PASTO JÁ CANSADO DO BOI DÁ LUGAR À SOJA, QUE ABSORVE ATÉ O ÚLTIMO NUTRIENTE



norma prevê a concessão de terras para a exploração sustentável de madeira, com o precedente de que a extração seja realizada com plano de manejo aprovado, promovendo o uso eficiente e racional da floresta.

No Estado do Amazonas, o governo criou o “bolsa floresta”, renda de R\$ 50,00 mensais para as famílias que preservem a mata existente em seus terrenos. O objetivo é levar fundos para quem mora no interior da Amazônia, recompensando-os por prestar um serviço ambiental ao País.

TODO ESFORÇO VALE A PENA

“Antes, a gente trabalhava na roça, plantando mandioca, feijão. A gente nunca parou, mas agora a gente faz roçado pequeno. A gente achava que lá tava (sic) degradando muito a floresta, o meio ambiente. Tava (sic) derrubando floresta pra fazer roçado. Se a gente ficasse, fazendo roçado, num ia ter mais floresta pra cá”.

Alciney Feitosa deixou de lidar com a terra e agora trabalha com o látex na produção do couro ecológico. O homem deixou de cultivar a mandioca e agora produz bolsas e artefatos de couro e tecido de algodão revestido de látex. Os resultados são a preservação da floresta e produtos de maiores elasticidade e durabilidade. De seu exército, fazem parte mais 16 pessoas, além dos oito seringueiros que extraem o látex das árvores. “Nós extraímos o látex da seringueira, que não morre, só se a gente colocar fogo nela. E todo ano ela dá látex. É uma vaca leiteira bem boa. Nós não estamos degradando a floresta, estamos mantendo ela de pé”, ri-se.

O couro ecológico ou couro vegetal chegou à comunidade de Maguari, no Município de Santarém,

■ NO LUGAR DA MANDIOCA, BOLSAS E ARTEFATOS DE COURO ECOLÓGICO



há cerca de dez anos. Foi trazida por um turista argentino que se atraiu das belezas amazônicas e das várias seringueiras existentes no local. O hermano deixou para os discípulos, a técnica e um calote. Antes de sair do Brasil, onde estava ilegal, vendeu todo o couro produzido na comunidade, mas não pagou o salário dos trabalhadores.

Este é apenas um exemplo das iniciativas sustentáveis existentes no Pará. Em Maguari, comunidade ribeirinha no rio Tapajós, além do couro ecológico, atividades de ecoturismo e biojóias (adornos feitos de semente) produzindo renda para a população.

“A idéia é que a comunidade possa gerir seus próprios negócios. Quando a comunidade passa a ser dependente, a gente percebe que o projeto não é sustentável”, esclarece Valcléia Lima, técnica do Programa Economia na Floresta promovido pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA), organização não governamental com atuação em Santarém.

Viver na floresta e dela retirar o sustento com responsabilidade ambiental. Assim, o programa capacita os moradores para que eles participem de atividades de ecoturismo, artesanato e produção de alimentos. Um exemplo pioneiro é a produção de cestarias com palhas de tucumã na comunidade de Urucureá. Segundo Valcléia, atualmente 95% do trabalho é independente. “Faz mais de cinco anos que o PSA não recebe qualquer apoio financeiro para as ações que eles fazem”, orgulha-se.

Atualmente, várias comunidades de Santarém têm o ecoturismo como principal atividade. “Às vezes, com uma visita de quatro dias, a comunidade rende para a associação de 1.300 a 1.500 Reais, por mês, com trilha, passeio de canoa. Sem contar a comercialização de produtos artesanais”, conta a técnica do programa.

Modelos simples de sustentabilidade mostram que é possível conviver com a floresta sem degradá-la. De iniciativas grandes a pequenas, se governo, ONGs e sociedade unirem forças, será possível escrever um novo futuro para a Amazônia. Não é preciso estar na floresta para ajudar o meio ambiente. Atitudes simples como a coleta de seletiva de lixo ou plantar uma árvore, já significam uma atitude. Um final feliz para essa história, só depende de nós.

A RENDA QUE VEM DA FLORESTA E QUE CONTRIBUI PARA A SUA CONSERVAÇÃO

Uma floresta ocupa 7,01 milhões de km², dos quais 64,9% estão no Brasil. O maior rio do mundo, que percorre 6.992,06 quilômetros, tem 1.100 afluentes e concentra cerca de 20% da água doce não congelada do Planeta.

Muitos são os dados que conferem a dimensão e a importância do bioma amazônico, maior floresta tropical do mundo e “patrimônio nacional”, conforme reza a Constituição de 1988 em seu artigo 225, parágrafo quarto.

É uma grandiosidade que muitas vezes oculta a olhares forasteiros toda a diversidade do território e a complexidade dos problemas ali encontrados. Em meio a alarmes com o avanço da soja e da pecuária, previsões de mudança no regime de chuvas no Brasil e no mundo que podem surgir com a devastação da Floresta e o registro de 612 km² de desmatamento em junho deste ano – o que representa um aumento de 23% em relação a junho de 2007 –, muitas vezes nos esquecemos de que, na Amazônia, vivem 23,61 milhões de brasileiros, 72% dessa população residentes em centros urbanos, segundo dados de 2005 do IBGE.

“A Amazônia é também palco de comunidades tradicionais que utilizam os recursos provenientes da cobertura florestal, utilizando os recursos no presente sem comprometer o futuro”, lembra Anderson Costa, pesquisador assistente na área ambiental e sensoriamento remoto do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Assim como a população empregada nas atividades econômicas de maior peso no PIB dos estados da Amazônia, essa gente que vive dos recursos de que a floresta dispõe também precisa de fontes de geração de renda. Nesse cenário, entram em

conflito a garantia dos meios de vida de produtores familiares e comunidades tradicionais com a expansão desordenada da fronteira agropecuária, “com fortes tendências de desconsiderar os custos sociais e ambientais para a sociedade”, como bem assinala o Plano Amazônia Sustentável (PAS), projeto do Governo Federal.

Falar de atividade econômica aliada à preservação ambiental é referir-se a desenvolvimento sustentável. Discutido pela primeira vez em 1972 na I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, em Estocolmo, o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos naturais do Planeta.

De acordo com o ecólogo Arnóbio Cavalcante, o desenvolvimento sustentável envolve três elementos fundamentais: atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta. O professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Uece) aponta a criação das unidades de conservação de uso sustentável como exemplo da aplicação prática desse conceito, principalmente no que diz respeito ao ecoturismo praticado nessas áreas. “A APA da Serra de Baturité (no interior do Ceará) é um exemplo vigente, em franco progresso, do uso do conceito de desenvolvimento sustentável. Isso vale para quase todas as unidades de conservação. É óbvio que requer uma fiscalização para saber se aqueles três elementos estão sendo contemplados”, completa.

Arnóbio explica que não se aplica a expressão a questões diárias, como economizar água ou eletricidade, por exemplo. Segundo ele, desenvolvi-

mento sustentável é antes de tudo um programa econômico desenvolvido por um determinado grupo em certo lugar.

GERAÇÃO DE RENDA SUSTENTÁVEL

Experiência de aplicação direta do conceito de desenvolvimento sustentável é a atuação da ONG Projeto Saúde & Alegria na região do rio Tapajós perto de Santarém, no Pará. Por meio do programa Economia da Floresta, a instituição trabalha com comunidades ribeirinhas as atividades de cestaria, produção artesanal e ecoturismo, além do plantio de sistemas agroflorestais, ou seja, cultivo simultâneo de espécies frutíferas com espécies da floresta.

De acordo com Valcléia Lima, técnica do programa Economia da Floresta, a produção em cestaria foi iniciada em 1995 por um grupo de sete mulheres da comunidade de Urucureá, no rio Arapiuns (afluente do Tapajós localizado ao oeste de Santarém). Hoje, a produção envolve 38 artesãos. “A cestaria tem trazido melhora na questão da renda e nós estamos expandindo essa experiência para mais dez comunidades que detêm a mesma técnica”, ressalta.

Atividade de maior abrangência, o ecoturismo produz renda para 12 grupos ribeirinhos onde atua o Saúde & Alegria: cinco na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, uma na Reserva Extrativista (Resex) e seis do assentamento Lago Grande (Feagre), na região do rio Arapiuns.

■ ALÉM DAS BOLSAS, DO LÁTEX SÃO PRODUZIDOS BONECOS QUE REPRESENTAM A FAUNA DA AMAZÔNIA

Os turistas chegam à região por meio do projeto Bagagem e por agências de viagem parceiras. Nas comunidades, são oferecidos passeios de canoa, condução em trilha, estadas, refeição, dentre outras atividades que se convertem em dinheiro para o morador que presta o serviço, para a associação local e para as três federações que congregam as comunidades da Flona, da Resex e da Feagre.

“Além do lazer, nós também fazemos a interação dos turistas com as atividades da comunidade. Hoje a gente está expandindo o turismo para outros locais, fazendo novas rotas, novos roteiros, para ter uma série de variações para quem procurar essa atividade”, conta.

Valcléia explica que 10% da renda são destinados a um fundo comunitário que mantém as federações. Numa decisão dos representantes das comunidades, ficou acertado que 60% desse total servirão para o fortalecimento institucional das federações e 40% devem ser investidos em ações de formação e capacitação.

Para saber o valor originado com a atividade de ecoturismo, a visita de quatro dias de um grupo de 22 alunos, por exemplo, está entre R\$1.300,00 e R\$1.500,00 apenas para a associação comunitária.

Além da assessoria dada nas atividades econômicas, o Saúde & Alegria incentiva a produção de alimentos e a criação de animais. Segundo Valcléia, a idéia inicial era enriquecer a alimentação e recuperar áreas degradadas perto das comunidades. “A intenção era também fazer com que as comunidades tivessem ali plantando uma árvore que fosse trazer renda não agora, mas daqui a 20 anos, para os seus netos”, acrescenta a representante do projeto, referindo-se ao plantio de espécies de madeira de lei e fornecedoras de óleo, como a itaúba, a andiroba e a copaiba.

O incentivo a esse tipo de prática se explica pela diminuição da produção familiar gerada com os programas de transferência direta de renda do Governo Federal. “Os benefícios sociais fizeram com que a comunidade não percebesse que aquele dinheiro é para comprar aquilo que ela não pode produzir”, reflete.

No futuro, continua Valcléia, a agricultura familiar deve estar aliada ao beneficiamento de óleos



em prensas para a obtenção de combustível. A tecnologia já foi testada pela Universidade de Brasília e deve servir para abastecer motores nas próprias comunidades. “A idéia é utilizar esse óleo. O bagaço de uma certa espécie pode também ser utilizado para a ração de animais. Ele aproveita tudo da espécie e acaba agregando valor”, avalia.

TRABALHO E AUTONOMIA

Quando se fala da atuação de uma organização não governamental, assunto importante é a criação de dependência na localidade onde atua. De acordo com Valcléia, essa questão é de grande preocupação do Saúde & Alegria, pois o discurso do “andar com as próprias pernas” é sempre ressaltado entre os comunitários.

“Para nós, quando a comunidade passa a ser dependente, a gente percebe que o projeto não é sustentável. Ele é sustentável quando você sai e a comunidade não sente a falta da sua saída”, resume.

Prova disso é que, segundo ela, atualmente o papel da ONG tem sido mais de assessoria, principalmente nas atividades de energia e comunicação. “Em Urucureá, faz mais de 5 anos que eles não recebem mais apoio financeiro para as ações que eles fazem”, diz.

Outro exemplo de autonomia na geração de renda é a fabricação do “couro ecológico” feito por 16 famílias da comunidade de Maguari, localizada na margem direita do rio Tapajós no Município de Belterra. Há mais de dois anos sem ajuda financeira de nenhuma instituição, o grupo confecciona bolsas de to-

dos os tamanhos tendo como matéria-prima principal o látex extraído da seringueira.

A borracha in natura gerava entre R\$1,40 e R\$1,60 o quilo com vendas para fábricas. Com a agregação da produção de bolsas, a atividade rende atualmente entre R\$6000 e R\$7000 por mês ao grupo. As principais encomendas vêm do Rio de Janeiro, São Paulo e Exterior.

Alciney Feitosa conta que a extração de látex começou com a vinda de um argentino conhecido por Osvaldo e o calote que se seguiu à parceria feita com o estrangeiro. Desestimulados, os moradores pensaram em desistir, mas a aprovação da linha de financiamento pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) deu novo fôlego à atividade.

O espaço ocupado por plantações cedeu lugar aos fornos em que o látex é higienizado, pré-vulcanizado, aquecido, acrescido de estabilizante e de insumo até tornar coloridas bolsas desenhadas pelos homens e costuradas pelas mulheres. “Antes a gente estava degradando muito a floresta, o meio ambiente. Tava derrubando floresta para fazer roçados imensos, todo tempo fazendo roçado. Nem tinha mais floresta pra cá”, lembra Alciney.

Ele esclarece que as áreas de plantação de mandioca e milho continuam – em menor escala e aliadas à extração de mel e óleos. Em mais um exemplo da aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável, o couro ecológico é hoje a maior fonte de renda da comunidade e ajuda na conservação do meio ambiente natural. “Coletando látex na seringueira, que é uma árvore que nunca morre, a gente não está degradando a floresta. Todo ano ela está dando látex. Acho que é uma vaca leiteira muito boa”, ri-se Alciney.

■ AS COMUNIDADES TRADICIONAIS TÊM UMA VISÃO AMBIENTAL INTUITIVA, POR SOBREVIVEREM DO QUE RETIRAM DA NATUREZA



AMAZÔNIA: UMA ESPERANÇA E UMA SOLUÇÃO

De avião, é possível ver pequenos retângulos num tom de verde-claro, quadrados intermitentes em um tom-sobre-tom com o verde mais escuro. Ali embaixo, porém, os retângulos se desdobram em grandes hectares de plantações de arroz e de soja e de outras culturas. São pedaços da Amazônia que dão espaço à corrida econômica que não pode parar. Tal corrida, porém, ainda não é aliada das formas de produção que podem manter a floresta sempre viva e produzindo bens para os filhos que ela sustenta.

Pela estreita estrada de terra, é possível ver que o verde claro, com o passar dos meses, se transforma-se em cor de mel. É a soja no ponto de ser colhida, doce para os latifundiários que a cultivam, mas não para as pequenas comunidades que crescem e vivem naquela terra nem para o meio ambiente. A cultura da soja, junto à extração da madeira e à pecuária, integra o tripé do desmatamento. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estima que 70% da degradação progressiva da Amazônia decorre da pecuária extensiva (em que o gado é criado solto em grandes áreas de pastagem). Seja de forma direta ou indireta, essas ações prejudicam a todos, sejam as comunidades que retiram seu sustento da maior floresta tropical do mundo, seja o ciclo natural fazendo com que as árvores da Amazônia evaporem 300 litros de água todo dia, contribuindo na distribuição das chuvas.

A Amazônia é uma ilustre desconhecida, tanto por parte do povo como dos governantes, e mal explorada em todos os seus aspectos, resume Anderson da Silva Costa, engenheiro, especialista em Estatística e pesquisador assistente na área ambiental e sensoriamento remoto do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). De janeiro a maio de 2008, segundo ele, a área desmatada

da floresta já soma 4.142 km². Dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) de maio revelam que 1.096 km² foram mapeados como corte raso (quando se retiram todas as árvores de determinado espaço) ou degradação progressiva.

O dado leva em consideração o fato de que, nesse período, 46% da floresta foram cobertos por nuvens – isso significa que o número pode ser ainda maior. Em abril, com 53% de nuvens, o espaço mapeado foi de 1.123 km². A previsão é de que em junho e julho as taxas aumentem por conta da seca, período, conforme o pesquisador, ideal para explorar as áreas. Segundo o Ibama, o desmatamento na região amazônica pode atingir este ano 14 mil quilômetros quadrados.

Os efeitos dessa má exploração podem ser sentidos e previstos em escala mundial. De acordo com Costa, o desmatamento das florestas tropicais é a segunda maior fonte de emissões de gases de efeito estufa (GEE), que provocam o aquecimento global, e é responsável por 18% a 25% das emissões globais, ficando atrás apenas das emissões causadas pelo uso de energia. “Fugir dessa lógica só depende de nós. Os principais estudos sobre esse tema apontam o combate ao desmatamento como a forma mais fácil e barata de minimizar os efeitos das mudanças climáticas”, diz.

Ele aponta ainda outros prejuízos causados pelo desmatamento: a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, incluindo a produção de mercadorias tradicionais tanto por manejo florestal para madeira como por extração de produtos não madeireiros. Além disso, conforme ele, a sociodiversidade também é ameaçada, já que isto elimina culturas indígenas e extrativistas tradicionais, como os seringueiros.

Como mudar essa lógica que ameaça a floresta? Aqui, surge a idéia de sustentabilidade, discutida pela primeira vez em Estocolmo, em 1972 durante a Iª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. O desenvolvimento sustentável supre as necessidades da geração atual sem precisar comprometer a capacidade de atender às gerações vindouras e sem acabar com os recursos naturais. A sustentabilidade diz respeito tanto aos grandes empreendimentos instalados na floresta, como lavouras de soja e fazendas de gado, quanto às comunidades que vivem na e da floresta.

De acordo com Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, com sede em Santarém, que atua junto a comunidades ribeirinhas, fortalecer as populações locais é uma forma de salvaguardar a Amazônia. As comunidades localizadas às margens do rio Tapajós, por exemplo, vivem de coletas da floresta, caça, pesca e lavouras; há pouca circulação de moeda, conforme ele. O desmatamento, contudo, dificulta a subsistência de muitas famílias, provocando o êxodo rural e o desemprego. Para Scannavino, é necessário elaborar iniciativas econômicas sus-

tentáveis, como o manejo florestal, a agroecologia e o ecoturismo, além de estabelecer novos paradigmas de consumo.

Quem mora na Amazônia sabe da importância de cuidar da casa. Alciney Feitosa, 31 anos, faz a sua parte na comunidade Maguari, na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, no Pará. Da extração do látex da seringueira, surge o sofisticado e eclético couro ecológico que é vendido em diferentes estados do Brasil. É ele quem coordena a fábrica onde 16 pessoas da comunidade atuam e de onde tiram uma parte do sustento. Oito delas coletam o látex das seringueiras. “A nossa renda depende das vendas. Às vezes chega a um salário para cada, às vezes não.” Dependendo das encomendas, segundo Alciney, mais pessoas da comunidade são capacitadas para trabalhar no galpão, que foi construído com recursos da United States Agency for International Development (Usaid), instituição governamental dos EEUU que já apoiou o projeto.

O método, conta ele, foi ensinado por um argentino que esteve na região em 1998 e trazia a novidade do Acre. “Ele reuniu a comunidade para falar sobre o couro ecológico, mas depois acabou dando um calote na gente”, conta Alciney. O preço dos produtos, que vão de porta-moeda a bolsas, varia entre R\$ 5 e R\$ 50. Igelcy Alves Dias, 31 anos, que trabalha na feitura do couro ecológico, conta que, em quatro dias, é possível fazer dez bolsas. O galpão de trabalho da comunidade é rodeado por seringueiras, cujos troncos estão desenhados pelos cortes rasos que faz jorrar seu líquido. “A gente não está degradando o meio ambiente. Usamos a seringueira, que nunca morre. É uma vaca leiteira muito boa”, resume Alciney.

“São as comunidades que defendem a floresta”, afirma Raimundo Costa Pedroso, da Federação Tradicional das Comunidades Ribeirinhas. Lá em Maguari, além do couro ecológico, também se vive da agricultura e do artesanato, conforme dona Raimunda Feitosa, 65 anos, que mora na comunidade desde os seis anos de idade. “A gente planta arroz, milho, feijão e mandioca para fazer farinha”, enumera a matriarca de uma família de 13 filhos, 25 netos e quatro bisnetos. Para ela, as grandes lavouras de soja e arroz existentes na Amazônia são um “desrespeito com o povo.” “Eles só trabalham com produto químico. O arroz vem

■ IGCY É UMA DAS PESSOAS DA COMUNIDADE MAGUARI QUE TRABALHAM NA FABRICAÇÃO DO COURO ECOLÓGICO



envenenado. Aqui não. Percebo que é diferente desde a verdura: a folha é uma beleza. Aqui, a gente não consegue fazer a verdura ficar sem bicho, sempre tem uns buraquinhos. Mas é puro.”

GESTÃO DE FLORESTAS

Para fazer com que a Amazônia seja utilizada de forma sustentável, faz-se necessária a aplicação efetiva de políticas públicas. Segundo Anderson, cerca de 40% da Amazônia são de áreas protegidas, regularizadas como florestas nacionais, parques e reservas, por exemplo. Do restante, fazem parte áreas particulares e terras públicas ainda sem destinação e passíveis de grilagem.

A Lei da Gestão das Florestas Públicas (lei 11.284) está em vigor desde 2006 e tem por fundamento permitir a utilização dos espaços para um modelo sustentável de desenvolvimento por meio da criação de unidades de conservação, da destinação para uso das comunidades locais e de contratos de concessão florestal com empresas brasileiras mediante licitação. A primeira licitação para concessões florestais foi realizada em 2007 para a Flona do Jamarí, em Rondônia, a fim de servir como base para a aplicação dessa política em outros locais.

De acordo com Costa, a Lei da Gestão das Florestas Públicas é uma inovação ambiental que precisa

do reconhecimento e da confiança da sociedade brasileira. Ele observa, entretanto, que apenas a gestão das florestas públicas não vai impedir que desmatamentos aconteçam “O Ibama deve exercer sua atividade de fiscalização e inibição das agressões e o Ministério Público deve fiscalizar o cumprimento da lei.”

Outro instrumento que visa a desestimular meios de trabalho degradadores da Amazônia é a Resolução Nº 3.545/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que impede empréstimos na modalidade de crédito rural – seja por bancos públicos ou privados – para quem não apresentar certificado de cadastramento de imóvel rural e comprovação de respeito à legislação ambiental. Essa resolução entrou em vigor em julho. Além disso, o Plano Agrícola 2008/2009 privilegia o Programa de Produção Sustentável do Agronegócio, com uma linha de crédito que visa a recuperar áreas degradadas na pecuária e na agricultura.

Para o pesquisador do Imazon, frear o desmatamento depende da criação de mais unidades de conservação, do aumento da fiscalização e da punição dos culpados. “Isso é essencial para evitar os impactos da perda de floresta. O elemento fundamental para reduzir a velocidade do desmatamento é a vontade política para fazer isto. Os líderes do País têm de ter confiança de que a ação de governo realmente pode frear, ou mesmo acabar com essa degradação.”



A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PELA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Cerca de 200 famílias vivem atualmente em Caririacá, comunidade extrativista localizada à margem do rio Amazonas. Assim como outras, Caririacá fica distante dos grandes centros urbanos, o que dificulta o acesso da população local às assistências básicas como saúde e educação. Foi neste cenário que nasceu Fábio Anderson Pena, o cidadão que serve de exemplo para mostrar como o conceito de educação aliado à comunicação pode ser um instrumento de transformação social – e ainda contribuir para o combate à degradação ambiental na Amazônia.

Em 1987, quando a organização não governamental (ONG) Projeto Saúde & Alegria estava iniciando as atividades nas comunidades da zona rural dos Municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, todos no Estado do Pará, Fábio ainda cursava o ensino fundamental. À época, nem imaginava que o apoio da ONG na sua comunidade transformaria sua realidade. Ainda criança, Fábio participava de projetos de desenvolvimento infantil promovidos pelo Saúde & Alegria. “Particpei de uma série de atividades lúdicas voltadas para a o desenvolvimento das crianças, principalmente relacionadas com educação ambiental”, explica ele.

Em 1995, os projetos de comunicação comunitária desenvolvidos pela ONG chegaram à Caririacá. Foi quando Fábio passou a participar das oficinas de rádio, vídeo e jornal impresso ofertadas para os jovens da comunidade. Em seguida, ele e outros jovens da comunidade começaram a fazer programas de rádio, jornais impressos e vídeos. O jornalismo local era veiculado entre a população da comunidade.

A comunicação comunitária falava do cotidiano local e ajudava a fortalecer a cultura do povo. No

seu envolvimento com os projetos de comunicação, Fábio desenvolveu o gosto pela atividade. Tanto que chegou a ser coordenador do grupo de jovens repórteres de Caririacá, mas ele teve que deixar a comunidade para morar em Santarém, distante quatro horas de barco de Caririacá, onde seria possível cursar o ensino médio.

Na cidade, Fábio não perdeu o contato com a comunicação comunitária. Por lá, acabou ainda mais entrosado com a idéia de educomunicação – a comunicação usada como ferramenta para educação, principalmente por causa do convite aceito para ser estagiário de comunicação do Projeto Saúde & Alegria. Já no final da adolescência, Fábio começa os estudos na faculdade de Pedagogia. A partir daí, Fábio não parou mais de trabalhar com a comunicação, nem de estudar. Participou de seminários pelo Brasil, a convite da ONG, e concluiu o curso de Pedagogia. Formado, passou a ser o coordenador da Rede Macoronga de Comunicação Popular.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA AMAZÔNIA

A Rede Macoronga, que abrange 32 comunidades (às margens dos rios Tapajós e Amazonas) e envolve cerca de 250 jovens repórteres, é desenvolvida pelo Projeto Saúde & Alegria no sentido de educar para desenvolver as comunidades amazônicas. É uma rede de jornais impressos, programas de rádio e vídeos comunitários produzidos pelos jovens das comunidades, que pesquisam e relatam a existência do local onde vivem. “Ou seja, os grupos de jovens fazem comunicação para eles mesmos e, com isso, se educam”, explica Fábio Anderson Pena, coordenador de Educação, Cultura e Comunicação do Saúde & Alegria. A participação da ONG fica na capacitação dos gru-

pos e no fornecimento de estruturas técnicas que possibilitam a execução dos projetos.

Fábio, que já vivenciou a difícil realidade dos jovens nessas comunidades, explica por que trabalhar com a juventude. “O jovem é o cara que está vendo uma luz piscando do outro lado do rio, ele quer conhecer a cidade, quer sair da sua região e ganhar mundo. Os jovens gostam da cidade, gostam de tecnologia, eles são muito atraídos por essa modernização. Queremos que os jovens enxerguem um sentido de existência na sua própria comunidade e passe a valorizar mais sua própria cultura”, diz ele.

O jornal O Mocoorong, impresso que circula em todas as 32 comunidades que fazem parte da Rede, é um exemplo do fluxo de comunicação entre as comunidades. Com tiragem de três mil exemplares trimestralmente, O Mocoorong divulga as principais reportagens dos jornais de cada um dos 32 núcleos de jovens repórteres da Rede. O cenário do projeto é o Estado do Pará, exatamente dentro da Amazônia, região que abriga a mais rica biodiversidade do mundo. “A população amazônica está preocupada com o meio ambiente, mas não é porque sabe que se acabar a Amazônia, vai acabar o mundo não. Eles estão sentindo falta de um meio ambiente onde possam continuar sobrevivendo”, conta Fábio Pena, informando que as populações ribeirinhas da Amazônia (a maioria caboclos, descendentes de índios) vivem da pesca, da agricultura de subsistência e da extração de materiais na natureza para o artesanato.

■ JORNAL O MOCORONGO: COMUNICAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA DESENVOLVE JOVENS RIBEIRINHOS



O propósito desses projetos de comunicação popular é a melhoria da qualidade de vida das populações da Amazônia. Para o advogado e professor de Direito Ambiental, João Alfredo Telles Melo, a educação das populações amazônicas é fundamental para a preservação do meio ambiente. “Ao lado de políticas públicas que combinem a repressão às ações de degradação e estímulo as atividades sustentáveis, a educação é a chave para a proteção do meio ambiente como um todo, não só o amazônico”, diz ele. Uma contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita em 2007, mostra que somente as populações de Belterra e Aveiro formam um contingente de 31.537 pessoas, gente que tem a sobrevivência comprometida pela degradação do meio ambiente; e que cotidianamente entendem a urgência da preservação.

BIOMA COMPROMETIDO PELA AÇÃO DO HOMEM

Para o coordenador do Projeto Saúde e Alegria, Caetano Scanavino, é preocupante o cenário de degradação que se vive hoje na Amazônia. Somente no mês de maio, o desmatamento destruiu 1.096 quilômetros quadrados de árvores. Os dados são do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e revelam que o Mato Grosso é o estado que mais desmata, representando em seu território 59% do desmatamento no mês de maio. Somente em abril, a área desmatada na Amazônia corresponde ao tamanho da cidade do Rio de Janeiro. A região, no entanto, é reconhecida por diversas autoridades e estudiosos como fundamental para o equilíbrio climático global.

Cada árvore da Amazônia evapora para a atmosfera cerca de 300 litros de água por dia. Na região de 5,5 milhões de quilômetros quadrados, que compreende a Amazônia Legal (território brasileiro da Amazônia, ou cerca de 61% do território nacional), são 20 bilhões de toneladas de água doce que todos os dias sobem para a atmosfera. A Amazônia é também a mais rica biodiversidade do mundo, contendo quase a metade das espécies conhecidas de animais e insetos.

João Alfredo, que é ligado ao Greenpeace, lembra que o desmatamento não é o único problema grave que assola a região. Problemas sociais, como pobreza e o trabalho escravo que atinge comuni-



■ HABITAÇÕES TÍPICAS DAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS: MAIS DE 31 MIL PESSOAS HABITAM OS MUNICÍPIOS PARAENSES DE BELTERRA E AVEIRO

dades indígenas e camponeses pobres, também estão na lista das mazelas. Segundo ele, os problemas na região “são decorrentes de uma forma de ocupação que é socialmente injusta e ecologicamente irresponsável e predatória”. De fato, o controle das terras na Amazônia tem sido precário. Um relatório do Greenpeace sobre a grilagem (posse ilegal) de terras no Estado do Pará revela o problema de descontrole fundiário nas terras amazônicas. Segundo o relatório, o desmatamento no Pará é estimulado por mais de 40 anos pela exploração de madeira predatória e não sustentável. “O uso da terra está, em grande parte, ligado à grilagem de terras públicas – que são exploradas por madeireiras e depois transformadas em pasto”, diz o relatório.

Cientistas concordam com a idéia de que o desmatamento e as queimadas na Amazônia são processos que contribuem diretamente para o aquecimento global do planeta Terra. Ao mesmo tempo, segundo o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam), mais da metade das florestas da região amazônica é alvo de estiagens anuais que duram de três a cinco meses, entre julho e novembro. Para Anderson Silva da Costa, porém, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) ainda não é possível estabelecer uma relação direta entre o aquecimento global e os fenômenos de estiagem.

No segundo semestre de 2005, contudo, a Amazônia passou por um grave período de seca que chegou a ser diretamente relacionado à elevação da temperatura da Terra. À época, imagens divulgadas nos meios de comunicação mostravam igarapés secos, peixes mortos e barcos encalhados em bancos de areia. Comunidades ribeirinhas ficaram sem ter como pescar ou plantar para sobreviver. Isto seria inimaginável que acontecesse numa região riquíssima em água, que contém mais de 20% da água doce disponível no mundo.

Anderson explica que com a derrubada indiscriminada de árvores, a região fica mais quente. Segundo ele, isso acontece porque as árvores da floresta são responsáveis por evaporar para a atmosfera a grande quantidade de água que, diariamente, mantém a umidade da região. Com a devastação, por meio de queimadas e desmatamentos, teremos menos árvores, menos umidade e mais calor na região – que potencializa a devastação das queimadas. Além disso, essas as queimadas emitem para a atmosfera grandes quantidades de gases de efeito estufa (GEE), que provocam aquecimento do Planeta. É um processo de mudança climática que atinge diretamente a vida das comunidades ribeirinhas, e que compromete, de fato, a vida de todos nós.

DESENVOLVER, SEM DESMATAR: O GRANDE DESAFIO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Uma floresta em extinção, sofrendo eternamente com o problema do desmatamento. É assim que a Amazônia é retratada nas páginas dos jornais ao longo dos anos. Por conta disso, muitos se questionam até que ponto o Brasil está preparado para administrar a região, admitindo até mesmo a possibilidade de sua internacionalização. Esquecem, no entanto, que somos donos do maior tesouro biológico do Planeta e precisa com urgência deixar de ser visto apenas como um problema para ser tratado também como uma oportunidade para o País.

Afinal, a Amazônia, que ocupa mais da metade do Território nacional, é uma imensidão verde que concentra a maior biodiversidade do mundo. A floresta de 3,5 milhões de quilômetros quadrados é a moradia escolhida por um número incalculável de espécies de animais, plantas, fungos, bactérias. Se comparados, esses números superam a quantidade de espécies existentes mesmo em um continente todo.

Só de peixes, por exemplo, a Amazônia possui mais de 2 mil espécies diferentes. Uma quantidade dez vezes maior do que a encontrada em toda a Europa (que tem 200). O mesmo ocorre com as aves: são 1300 espécies catalogadas contra 914 existentes nos Estados Unidos e no Canadá juntos. Fora isso, são pelo menos 425 espécies de mamíferos, 427 de anfíbios e 371 diferentes tipos de répteis convivendo juntos. Com relação aos insetos, os números disparam: só abelhas existem 2.500 e de borboletas, 1.800; sem contar com as 40 mil espécies de plantas.

Todos esses números impressionam, mas o melhor (ou pior) ainda está por vir: segundos os cientistas, esses valores representam apenas 10% da real

quantidade de espécies existentes na Amazônia brasileira. Talvez até menos. Isso porque ainda existem vários lugares de acesso difícil na região que podem abrigar uma série de espécies desconhecidas. Prova disso é que, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), a média para o Brasil é a descoberta de uma nova espécie de água doce por semana.

O que se percebe, portanto, é que a floresta amazônica ainda é um território inexplorado pela ciência. A maior parte das pesquisas sobre biodiversidade se concentra nos entornos de Manaus e Belém, onde funcionam o Inpa e as principais universidades da região. E o restante da floresta? Diante da imensidão da Amazônia, é como se conhecêssemos apenas um grão de areia de toda a 'terra fértil' existente ali. Quantos recursos nem sequer descobrimos pela falta de investimento em pesquisas na região?

Recentemente, a Academia Brasileira de Ciência lançou um documento sobre a Amazônia, propondo a criação de um modelo sustentável para a região, com base no investimento em pesquisas. O documento deixa claro que, para transformar nossos recursos naturais em potenciais riquezas, é preciso investir na geração continuada de conhecimento. Para isso, a Academia propõe, como desafios urgentes, a criação de novas universidades públicas e de institutos científico-tecnológicos.

“Se a gente fosse um pouco mais esperto, poderíamos entender a Amazônia como uma oportunidade para criar um modelo de desenvolvimento sustentável que poderia servir para o resto do mundo para as próximas décadas”, expressa Caetano Scannavino, coordenador da organização não governamental Projeto Saúde e Alegria, em

Santarém, no Pará. Ele explica que a Amazônia não só guarda a maior biodiversidade do Planeta como representa a principal responsável pela regulação climática do mundo.

A floresta mexe literalmente com o clima por meio do seu regime de chuvas. Metade da água que cai volta para atmosfera por evaporação. Esse vapor d'água é transportado pelo vento para outras regiões, seguindo, a maior parte dele, em direção ao Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País, ajudando no resfriamento dessas áreas.

Segundo Caetano, essa produção contínua de água doce oferecida pela floresta merecia ser reconhecida como verdadeiro serviço ambiental, cujo pagamento deveria ser obrigatório. “A Amazônia tem que receber dinheiro porque ela presta um serviço muito importante para regular o clima do mundo”, completa.

Não é à toa, portanto, que o desmatamento é motivo de tanta preocupação. Estudos indicam que a diminuição de 40% da cobertura florestal do leste da Amazônia é capaz de provocar alterações climáticas catastróficas, como o aumento da temperatura e a redução dos índices pluviométricos em vastas áreas do território da América Latina. Isso porque quanto menos florestas existir, menor é a transpiração das árvores e menos água é devolvida para a atmosfera, interferindo diretamente no regime de chuvas do Planeta. Na pior das hipóteses, a falta de chuva pode provocar o secamento total desse aporte de água úmido produzido pela floresta, transformando grandes áreas do Sudeste e do Sul em imensos desertos, com a possibilidade ainda de o continente inteiro virar uma savana.

SUSTENTABILIDADE, SIM, DESMATAMENTO NÃO

Sobrevoando a região, é possível enxergar as marcas do desmatamento. O que se vê são enormes áreas do tamanho de campos de futebol, algumas transformadas em plantações de soja, outras tomadas pelo pasto e muitas literalmente vazias, consumidas pelo fogo. Difícil é acreditar que a soma de todas elas equivale a quase seis vezes o tamanho de Portugal, ou 550 mil quilômetros quadrados de terra.

O desmatamento na Amazônia, sem dúvidas, é assustador. O pior é saber, porém, a velocidade com que tamanha devastação se propaga. Só nos últimos 20 anos, conseguimos dizimar 340 mil quilômetros quadrados de mata fechada, mais da metade da área total que levamos pelo menos mais de quatro séculos para destruir. Em função disso, o Brasil carrega hoje o título do quinto país que mais emite gases de efeito estufa na atmosfera, responsáveis por alimentar o temível vilão do século XXI: o aquecimento global. E como tudo está interligado, é sobretudo por conta desse fenômeno que, de acordo com o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), a taxa de degelo no Ártico registrada atualmente equivale àquela prevista para acontecer apenas em 2040; ou seja, o desmatamento que consome a floresta amazônica aqui no Brasil produz conseqüências para as regiões mais frias da Terra, afetando, assim, todo o Planeta.

Dentre os vários fatores que contribuem para a destruição da Amazônia, as madeireiras, a pecuária e a plantação de soja são os mais preocupantes. Isso porque todas essas atividades, consideradas altamente rentáveis, seguem o mesmo ritmo do crescimento econômico do País. “Nas melhorias econômicas, aumenta o desmatamento”, acentua Daniel Cohenca, chefe regional, em Santarém, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nos últimos anos, se comemorava a diminuição das taxas de desflorestamento que chegaram a cair mais de 50% de 2004 a 2006. De fato, nesse período, o governo investiu em medidas para conter o avanço de desmatamento, criando unidades de conservação e intensificando os mecanismos de fiscalização e punição na Amazônia brasileira. Segundo o jornalista e autor do livro *A Floresta Amazônica*, Marcelo Leite, a explicação para essa queda, no entanto, também passa pela questão econômica, quando os preços da soja e da carne despencaram no mercado internacional.

Recentemente, com a divulgação dos índices de desmatamento, pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), os números voltaram a assustar. Em junho desse ano, foram registrados 612 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. Esse número

representou aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano passado. Mais uma vez, o reaquecimento do mercado internacional da soja e da carne, as duas principais commodities que impulsionam a destruição da floresta, é apontado como a principal causa para a aceleração do desmatamento.

Infelizmente, a dura realidade na Amazônia é que o crime ambiental, por pior que possa parecer, acaba compensando, sobretudo financeiramente. As madeiras, por exemplo, que respondem por praticamente 90% da extração ilegal da madeira, dão a segunda maior contribuição para o PIB do Pará. De 1998 a 2004, segundo relatórios do Imazon, o valor arrecadado só com a exportação do produto passou de US\$ 381 mi para US\$ 943 mi.

Diante desse quadro, fica uma pergunta no ar: é possível investir no desenvolvimento econômico do País, sem agredir tanto nossa floresta? A boa notícia é que sim: é possível.

Com relação às madeiras, por exemplo, Daniel explica que depois de extrair a madeira é possível investir em processos de reflorestamento. Em 2004, o Ministério do Meio Ambiente passou a atuar com maior empenho no combate

aos crimes ambientais, propondo o uso sustentável da floresta e o aproveitamento de áreas desmatadas, com a criação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Dentre as ações previstas para o fomento às atividades produtivas sustentáveis, está a criação dos distritos florestais.

Para regulamentar tais distritos, foi lançada, em 2006, a Lei da Gestão de Florestas Públicas, que prevê a implantação de um modelo de concessões florestais justamente para combater a exploração ilegal da madeira. De acordo com a lei, o governo cede parte das florestas públicas federais que seriam alvo de grilagem de terra para empresas madeireiras que trabalhem nessas áreas de forma sustentável. Dessa maneira, é possível criar oferta de madeira legal e certificada, sem causar danos à floresta.

A proposta é entusiasmante e prova que é possível, sim, criar opções para o crime ambiental e ao mesmo tempo combater o desmatamento. “Não adianta falar: ‘Ah, precisamos preservar a natureza’. Não! O mundo hoje é regido por leis econômicas, concordando ou não concordando com isso. (...) Temos que pensar em alternativas econômicas com escala. E a gente tem oportunidade na Amazônia pra isso”, finaliza Caetano.

■ AS BELEZAS DA MAIOR FLORESTA TROPICAL DO MUNDO MERECEM SER PRESERVADAS



NEM TUDO O QUE RELUZ É OURO: PODE SER SOJA

Só quando ela surge ali, impávida, agigantada pela beleza e pelo esplendor, é que se dá conta de onde se está: Amazônia. Precisamente em Belterra, parte oeste do Estado do Pará, indo em direção às comunidades que vivem de forma sustentável à beira do rio Tapajós, um gigante de água doce que chega a ter 19 km de uma margem à outra. O rio também nomeia a área de 544 mil hectares da unidade de conservação federal onde 28 comunidades estão inseridas: a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. Dados do Instituto Socioambiental (ISA) estimam que ali vivem cerca de seis mil habitantes.

A caminho da Flona é possível ver os vestígios do mais recente ciclo econômico do Pará. A floresta é desmatada para dar lugar aos campos de arroz e de soja que surgem no meio da vegetação nativa. Aos poucos, a região vai ganhando um tom de dourado, indicando, para alguns, que o “desenvolvimento” chegou mais uma vez.

Ali, a terra desmatada onde outrora abrigava, provavelmente, cerca de 2.500 espécies de árvores e 50 mil espécies de plantas, números relativos à quantidade de espécies existentes no bioma, cede lugar à soja, único tipo vegetal. Além disso, em grande quantidade, pássaros, mamíferos e insetos são obrigadas a migrar para outros lugares. A região abriga 11% das espécies de pássaro conhecidas no mundo.

Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), só no mês de maio de 2008, o Pará foi responsável por 60% do desmatamento da Amazônia Legal, território composto por nove estados brasileiros. A cultura da soja, introduzida no Pará no final do ano 2000, é considerada uma das responsáveis pelo aumento

do desflorestamento na região. Além disso, a presença da multinacional Cargil, que construiu um porto para o escoamento da oleaginosa em Santarém, tem aumentado a pressão por plantações. O relatório “Comendo a Amazônia”, produzido pelo Greenpeace, mostra que a Cargil opera 13 silos no bioma amazônico, mais do que qualquer outra companhia.

O Gerente Executivo do Ibama, de Santarém, Daniel Cohenca, explica que até dois anos atrás tinha-se a idéia de que a soja era plantada apenas em locais de pasto abandonado. Hoje, sabe-se que a soja é também a responsável pelo desmatamento. “Eu era fiscal de campo, trabalhava no geoprocessamento. Pegávamos um desmatamento e quando chegávamos lá, era a soja”, diz Cohenca.

Hoje, todo desmatamento no oeste do Pará é considerado ilegal. “Faz tempo que a gente (Ibama) não emite qualquer autorização de desmatamento nesta região. Nem a Sema Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) por vários motivos principalmente pela questão fundiária”, ressalta Cohenca.

A soja só é a vilã do desmatamento, porém no segundo momento. Antes, é feito o plantio do arroz na terra desflorestada para fortalecer o solo ácido. Depois da primeira colheita, as raízes são arrancadas e só então ocorre o plantio da oleaginosa.

A soja não trouxe apenas o desmatamento da região. Segundo o Coordenador da organização não governamental (ONG) Projeto Saúde e Alegria (PSA) que atua em projetos junto às comunidades ribeirinhas, Caetano Scannavino, o desmatamento agregado ao agronegócio da soja e do arroz trouxe mais concentração de renda, êxodo



■ ALÉM DO DESMATAMENTO DA FLORESTA, O AGRONEGÓCIO DA SOJA TROUZE MAIS CONCENTRAÇÃO DE RENDA, ÊXODO RURAL E VIOLÊNCIA

rural, violência e não oferece emprego para as comunidades. “É uma atividade mecanizada. A soja não trouxe emprego. Ela tirou emprego”, alerta Caetano.

Para dona Raimunda Feitosa, 65 anos, que mora na comunidade de Maguari, distrito de Belterra, “aquilo (desmatamento) é um desrespeito com o povo. Aquilo não é para estar acontecendo. Aí vem a quintura toda”.

A afirmação de dona Raimunda tem explicação. Tudo está interligado. De fato, os cientistas relatam que o desflorestamento provoca o aumento das temperaturas e alterações climáticas não só na região amazônica, mas também em todo Brasil.

O pesquisador assistente do Imazon, Anderson Costa, explica que, quando a Amazônia começa a queimar, libera um conjunto de partículas suspensas, os aerossóis, que impedem a formação de nuvens de chuvas. “Então, o número de queimadas na Amazônia Legal vai contribuir para a diminuição das chuvas na região Sul”, observa Anderson.

CICLO DO DESENVOLVIMENTO DIFERENTE

Ao longo da história, a parte oeste do Pará vivenciou ciclos econômicos que impulsionaram o desenvolvimento e o desmatamento na região. Um dos ciclos foi o da borracha que atraiu projetos

grandiosos, como a Fordlândia, e milhares de pessoas para a região, ocasionando problemas com relação à posse da terra. O outro ciclo é o binômio extração de madeira e pecuária que impulsiona até hoje o desmatamento da região.

Anderson Costa ressalta ainda que as estradas vicinais também contribuíram para o desmatamento, uma vez que são abertas pequenas vias não oficiais para escoar a madeira. É um processo diferente do que ocorre no estado do Amazonas, por exemplo, onde a madeira só pode ser escoada pelos rios caudalosos, o que dificulta o desflorestamento.

Para Daniel Cohenca, o grande desafio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é desvincular o crescimento econômico do desmatamento. “Nas melhorias econômicas há um aumento do desmatamento. Isso tem que ser desvinculado. Se a gente cresce economicamente, a gente detona com o meio ambiente? Isso não pode”, acentua Daniel.

Na contramão do desenvolvimento a qualquer custo proposto pela soja, um galpão cercado de seringueiras guarda a trajetória da comunidade Maguari, Distrito de Belterra. A busca é por um desenvolvimento diferente: o sustentável.

Na salinha apertada ao fundo do galpão, surgem variedades de cores e formas que encantam os visitantes. São bolsas de todos os tipos e tamanhos. Bordadas ou não. A textura dá a impressão de que o material é feito de couro animal. É só impressão

mesmo. O látex é a principal matéria-prima que dá forma ao chamado couro vegetal.

A pequena fábrica é mantida por 16 pessoas. As mulheres são responsáveis por costurar as bolsas. Os homens participam da extração do látex e do processo de vulcanização da borracha. Depois, a força é substituída pela delicadeza para dar vida aos bordados dos produtos. Toda a renda da produção é dividida entre os cooperados. Aos poucos, a população vai aprendendo a preservar o presente, sem comprometer o futuro das gerações futuras.

Alciney Feitosa, 31, conhece de perto a história da comunidade. As roupas tingidas com a cor borracha indicam que ele acompanha todo o processo de fabricação das bolsas. Ele e o irmão, Arimar Feitosa, participam da instalação do projeto desde quando um argentino visitou Maguari, no final dos anos 90, e trouxe a idéia do couro vegetal. Depois que as primeiras peças foram produzidas, o argentino deu um golpe na comunidade, foi embora e nunca mais voltou; mas a idéia de uma atividade que promovesse a preservação ambiental e a melhoria social da população permaneceu.

Com o dinheiro conseguido em financiamento de projetos da United States Agency for International Development (USAID) e a assistência do Projeto Saúde e Alegria, a comunidade conseguiu se organizar e montou a estrutura da pequena fábrica.

Hoje, a luta da comunidade é para tentar manter a floresta intacta. Para a Coordenadora do Programa Economia da Floresta do Programa Saúde e Alegria, Valcléia Lima, as comunidades sabem que a riqueza da soja é passageira e já vêem o tamanho da devastação. “As comunidades estão fazendo o trabalho inverso, preservando o que ainda existe, porque elas sabem que é isso que mais tarde vai trazer benefícios para ela, para os filhos, para os netos”, afirma Valcléia. Com dois filhos ainda pequenos, Alciney Feitosa sabe disso: “Não estamos degradando a floresta, estamos deixando ela em pé”.

Para Caetano Scannavino, o Brasil tem uma floresta que em qualquer outro do lugar do mundo tem e que deve ser entendida não como um fardo, mas como uma oportunidade de riqueza. “A gente poderia entender a Amazônia como uma oportunidade para criar um modelo de desenvolvimento 2.0 que poderia reger o futuro. Poderia ser o modelo de desenvolvimento para as próximas décadas”, enfatiza Caetano.

A sustentabilidade vai lentamente mudando as relações econômicas e sociais na região. É uma transformação lenta. Acompanha o tempo da Amazônia. Um tempo que não depende só da vontade humana. Depende da cheia do rio, do crescimento da vegetação, da terra que precisa se regenerar... Terra, água, fogo e ar, todos os elementos da vida são repensados na busca pelo etéreo do equilíbrio Humanidade e Meio Ambiente.

“Não adianta pensar a floresta intacta senão pensarmos uma forma de mantê-la sustentável”. É nas palavras do Coordenador de Comunicação e Educação do PSA, Fábio Pena, que vislumbramos os outros projetos sustentáveis na região. Em Jamaraquá, Distrito de Belterra, os colares feitos a partir de sementes amazônicas garantem o sustento da comunidade. Agregada à atividade da biojóia, há ainda o ecoturismo. Doze pessoas levam os visitantes por trilhas na região ou por um maravilhoso passeio de barco pelos igarapés, indo até a Ponte da Felicidade, onde é possível se banhar nas águas do Tapajós.

Aos poucos, a floresta vai mostrando que o desenvolvimento não está na unicidade das coisas, mas na multiplicidade de atores, na grande diversidade biológica, nas diversas relações da natureza com a humanidade. Tudo pode conviver harmoniosamente. Basta querer e fazer com que a idéia se sustente. Ter sustentabilidade. Esse é o desafio para que as gerações de hoje façam que exista não um futuro melhor, mas pelo menos um futuro.

AMAZÔNIA: DO DESMATAMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A vista aérea de quem sobrevoa a Amazônia não deixa passarem despercebidos os vários quilômetros quadrados de áreas desmatadas desde os tempos de colonização. Entre os fatores que mais contribuem para esse lento assassinato da floresta, ocupam lugar de destaque o cultivo de soja, a pecuária, a ocupação de terras e a agricultura familiar.

Com suas enormes dimensões, ocupando 40% do Território brasileiro, a Floresta Amazônica é repositório de inestimável riqueza por constituir o maior reservatório de diversidade biológica do Planeta. Nela se encontram aproximadamente 30% das espécies terrestres que a Terra abriga. Um só hectare de Floresta Amazônica pode ter quase 500 espécies de árvores.

Infelizmente, toda essa riqueza está ameaçada pela combinação do desmatamento com as mudanças climáticas, que o próprio desmatamento acentua e provoca, em uma perversa interação não linear que poderá ter por catastrófica e anunciada consequência a ruína e a destruição quase inimaginável da própria floresta.

De acordo com dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia), durante o mês de maio de 2008, foram desmatados 294 quilômetros quadrados na Amazônia Legal, uma porcentagem 26% inferior ao desmatamento ocorrido em maio de 2007, quando a área desmatada atingiu 397 quilômetros quadrados.

No período total analisado (agosto de 2007 a maio de 2008), no entanto, o desmatamento foi consideravelmente superior ao do período anterior (4.142 quilômetros quadrados contra os 3.870 quilômetros quadrados de agosto de 2006 a maio de 2007). Esses dados indicam

que houve aumento de aproximadamente 7% da área desmatada.

Por que toda essa preocupação com os níveis de desmatamento da floresta? Primeiramente, faz-se necessário ressaltar a importância da Amazônia para o resto do mundo.

- Das 200 bilhões de toneladas de carbono absorvidas por vegetação tropical em todo o mundo, 70 bilhões são absorvidas apenas pelas árvores da Amazônia;

- a floresta absorve aproximadamente 10% das emissões globais de CO₂ provenientes da queima de combustíveis fósseis; e

- a Amazônia exerce papel crucial no sistema climático por meio da evapotranspiração, da produção e retenção de gases, como o gás carbônico, o vapor de água e o metano.

O desmatamento da floresta contribui para que ocorram grandes emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Logo, preservar a mata nativa ou reflorestar parte das áreas desmatadas representa um fator importante na tentativa de amenizar o processo de mudanças climáticas.

Há estimativas de que pelo menos 20% das emissões de gases que provocam o conhecido efeito estufa advêm da derrubada de florestas tropicais.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPPC) da ONU, o aquecimento global está diretamente ligado à concentração de CO₂ na atmosfera.

Em função do desmatamento e das queimadas, o Brasil já é o quarto maior emissor mundial de gases de efeito estufa.

O excessivo desmatamento da Amazônia poderia produzir aumentos significativos nas emissões de CO₂, que provocariam, ainda mais, elevação nas temperaturas globais, causando, dessa forma, uma seca na Amazônia.

Falar de seca na Floresta Amazônica não é uma realidade distante. Há pouco mais de dez anos, também por decorrência de fenômenos climáticos, mais especificamente do El Niño, a região sofreu uma das maiores secas de sua história. O impacto foi mais acentuado a partir do início da estação seca no norte da Amazônia. A seca, além do estresse que provoca à natureza, acarreta efeitos colaterais dramaticamente destruidores: as queimadas. Estas foram mais intensas no Estado de Roraima, que fica fora do chamado Arco do Desmatamento, composto por Rondônia, norte do Mato Grosso e sul do Pará.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), aproximadamente 11 mil quilômetros quadrados da Floresta Amazônica foram afetados pelo incêndio provocado pela seca. Talvez seja esse o desastre ambiental mais conhecido da Amazônia e também o responsável por motivar a expansão de programas de monitoramento de queimadas e de risco de incêndios florestais na região, como o Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios (Proarco/IBAMA).

Há menos de três anos, em 2005, a região amazônica foi novamente atingida por uma grande seca,

ocorrida entre os meses de maio e setembro daquele ano. Em 2007, uma equipe de pesquisadores brasileiros, estadunidenses e ingleses que analisava os impactos dessa seca concluiu que o fogo consumiu uma área cinco vezes maior do que a área desmatada no mesmo ano no Acre, o estado mais atingido pela seca de 2005. A estimativa é de que foram atingidos cerca de 6,5 mil quilômetros quadrados de floresta, sendo os Estados de Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), no sudoeste da Amazônia, os mais atingidos por essa seca.

A estiagem de 2005 foi mais curta do que a do biênio 1997-1998 e limitou-se à estação seca, mas os impactos foram tão intensos quanto os provocados pela anterior.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como alternativa à exploração descontrolada e selvagem, e como forma eficaz de combate ao desmatamento exacerbado, tem-se falado muito nos últimos anos em desenvolvimento sustentável. Afinal, no que consiste o desenvolvimento sustentável?

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

■ PRODUTOS FABRICADOS COM COURO ECOLÓGICO GARANTEM RENDA ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DE MAGUARI



Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Para que possa ocorrer o desenvolvimento sustentável, fazem-se necessários planejamento e reconhecimento da finitude dos recursos naturais. A diferença desse conceito de desenvolvimento em relação aos outros está no fato de ser levado em conta o meio ambiente.

Por solicitar a integração de soluções nos campos econômico, social, político e ambiental, o desenvolvimento sustentável é um grande desafio para a humanidade. São necessárias mudanças no estilo de desenvolvimento da sociedade, economia no consumo de matérias-primas e energia e equidade na distribuição social dos resultados.

Como exemplo de iniciativas viáveis ao desenvolvimento sustentável, pode-se mencionar a fabricação do “couro ecológico” na comunidade do Maguari, localizada à margem direita do Tapajós, no Pará.

A pecuária é um dos fatores que mais contribuem para o desmatamento da região amazônica. Logo, a fabricação do “couro ecológico” é a alternativa, mesmo que ainda em pequena escala, ao desmatamento causado pela pecuária.

O couro ecológico é produzido com base em tecido de algodão, onde são aplicadas oito camadas de látex da seringueira para fazer cada lado do couro que, submetido a um processo de secagem, se torna impermeável e resistente. O produto final é muito semelhante ao couro animal. Atualmente, a comunidade vende o couro ecológico para consumidores do Brasil e da Europa.

Segundo Alciney Feitosa, coordenador do projeto do couro ecológico em Maguari, dezoito famílias dependem da renda gerada pelas vendas do produto. Quando há grandes encomendas, são contratadas outras pessoas para ajudar no trabalho. Após três meses de aprendizagem do processo de fabricação, todos os trabalhadores ganham a mesma quantia, que pode chegar a um salário mínimo. Com o apoio recebido de

entidades diferentes, como ProManejo/PPG7, Flona do Tapajós/IBAMA, USAID e Instituto Internacional de Educação no Brasil, a comunidade já conseguiu construir galpões e comprar novos equipamentos.

OS TELECENTROS DIGITAIS COMO APOIO ÀS COMUNIDADES

Outra iniciativa que merece destaque é a instalação de telecentros culturais comunitários nas comunidades ribeirinhas. Os telecentros digitais objetivam apoiar a comunidade em diferentes aspectos: saúde, educação, cultura, geração de renda, organização comunitária, conservação do meio ambiente e ampliação e ampliação dos canais de comunicação comunitária.

O telecentro de Maguari atende a dezoito comunidades ribeirinhas. São aproximadamente duzentos alunos recebendo capacitação dos cursos promovidos no telecentro, como música e informática.

Ele faz parte de um projeto de inclusão digital do Saúde & Alegria em localidades da Amazônia. São fornecidos computadores e Internet aos ribeirinhos com o intuito de promover o desenvolvimento local. A iniciativa é apoiada pela RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor, do convênio USAID/Sandia/Greenstar, pelo programa GESAC do Ministério das Comunicações, pelo IBAMA e pela Prefeitura de Belterra.

O espaço onde está localizado o telecentro foi construído pela comunidade em mutirão. A madeira foi cedida pelo IBAMA seguindo princípios de bioarquitetura. A eletricidade do telecentro é gerada por energia solar.

Os exemplos da produção do couro ecológico e da instalação de telecentros mostram que é possível o desenvolvimento por meio de práticas sustentáveis de produção e consumo. É um trabalho árduo, pois os resultados obtidos com as práticas sustentáveis não aparecem de maneira imediata, mas trata-se de demonstrar que, pela produção sustentável ligada à geração de emprego e renda e de políticas públicas de ciência e tecnologia, é possível reverter as previsões pessimistas de que em 2020 só restarão 5% de mata virgem na Floresta Amazônica.

OS CAMINHOS DA SOJA NA AMAZÔNIA

Uma clareira no meio da mata foi feita pelos ribeirinhos do Município de Belterra, na Floresta do Tapajós, no Pará, mas é apenas uma pequena área de um campinho de futebol onde as crianças brincam ao som dos pássaros e do vento nas árvores, enquanto os pais dos pequenos coletam sementes e extraem nos arredores o leite da seringueira para produção de borracha. Não muito distante dali, outras clareiras, só que bem maiores, e com algumas castanheiras isoladas em meio a imensas plantações de soja.

As comunidades de Belterra, próximo à cidade de Santarém, no Pará, ainda desfrutam das riquezas oferecidas pela rica biodiversidade da Amazônia. As famílias às margens do rio Tapajós sobrevivem do extrativismo e da agricultura familiar, mas o desenvolvimento acelerado do agronegócio, principalmente da soja, ameaça a vida dessas comunidades e da natureza, por meio de desmatamento ilegal, grilagem de terras e violência contra os trabalhadores locais.

Em 2006, em Santarém, foi travado intenso conflito de movimentos sociais contra agricultores de soja e a multinacional Cargil, pois as plantações de soja cresciam (e ainda crescem) em ritmo acelerado na floresta amazônica. Enormes áreas foram tomadas pelo cultivo do grão disputado pelo mercado internacional.

O Brasil é um dos principais exportadores mundiais de soja, pois teve um dos maiores crescimentos de produção da história, passando de 14 milhões de toneladas em 1990 para 39,6 milhões de toneladas em 2005, de acordo com relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de 2006.

O crescimento da monocultura da soja carece de extensas áreas desmatadas e provoca profundas

transformações na paisagem florestal amazônica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, a produção está concentrada principalmente em três regiões: a região que engloba os Municípios de Santarém e Belterra no Baixo Amazonas, representando 44% da produção de soja do Estado, a região dos Municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, no nordeste do Estado, com 28% da produção, e a região do Município de Santana do Araguaia, com 18% da produção.

Para o padre Edilberto Sena, da “Frente em Defesa da Amazônia”, na região de Santarém, a expansão da soja é preocupante. Ele assinala que o aumento do desmatamento no baixo-Amazonas é consequência da existência do porto da Cargil, inaugurado em 2003, e também da possibilidade de asfaltamento da BR 163, que liga Santarém a Cuiabá.

“A Cargil exportou dois milhões de toneladas de soja de 2003 a 2006, para Liverpool, França, Holanda e China. Os plantadores de soja mato-grossenses e gaúchos devastam a floresta, usam agrotóxicos e expulsam os trabalhadores da agricultura familiar para a cidade”, disse Edilberto.

Explicou também que é muito difícil se pensar em soja sustentável, pois, para o mercado internacional, só compensa plantio de soja na região se forem plantados no mínimo 300 hectares do grão, e ressalta que isso “é destruir a floresta”. Acrescenta que se produtores plantassem soja em um a cinco hectares, a produção seria sustentável, mas o cultivo pequeno não compensaria o trabalho. Assim, com essas condições, quem pode investir é o grande empresário com o desmatamento de imensas áreas.

“Temos cinco grandes inimigos da Amazônia os primeiros são os madeireiros, segundo os sojeiros, terceiro as mineradoras, quarto os pecuaristas e o último é o Governo Federal”, disse o Padre.

Um dos grandes problemas contestados pelos ambientalistas, além do desmatamento e da fiscalização, é que soja produzida na Amazônia é voltada especialmente para o mercado internacional - Europa e China- pois a produção é para engordar animais em outros países. Dessa forma, não oferta empregos e concentra o capital.

O seringueiro Raimundo Costa, 68 anos, que mora a vida inteira no meio da Floresta do Tapajós, se mostra preocupado com a rápida destruição da sua região pelo agronegócio desenfreado. “O que a gente vê é que em torno do parque está muito desmatado, mas é com muito treinamento e incentivo que não queimamos mais a mata, e estamos atentos à questão ambiental. Esse desmatamento em torno da Flona do Tapajós está difícil pra nós conter, e não pode acontecer desse jeito. A gente também está recebendo essa poluição, o veneno; essa destruição que veio pra junto de nós.”, disse o ribeirinho em simples palavras.

O índice de desmatamento no baixo Amazonas, segundo dados do Projeto Saúde e Alegria, aumentou de 2003 para 2004 em 511% na área de influencia da BR 163, pois as terras baratas estimularam a migração de sojicultores.

CONSUMO

A questão da soja no bioma da Amazônia ganhou repercussão internacional, com a destruição da floresta para alimentar animais de outros países. Impulsiona, da mesma maneira, a carne no mercado internacional, que conseqüentemente será vendida para redes de supermercados e fast foods na Europa.

Segundo relatório do Greenpeace, cerca de 95% da produção da soja distribuída pelo porto da Cargil é vendida para a União Européia, para países como Holanda, Reino Unido, Espanha e França.

O coordenador do Projeto Saúde e Alegria, Caetano Scannavino, diz que o consumo excessivo de soja por outros países estimula a destruição da Amazônia e o aquecimento global, mas alerta para que a sociedade assuma uma nova atitude. “Precisamos de uma população mais consciente e bem informada sobre padrões de consumo. E o que me preocupa mais é ver o sentimento de felicidade ligado ao consumo excessivo.”

Caetano lembra também um fato ocorrido após repercussão nos meios de comunicação sobre a luta dos movimentos sociais contra a Cargil. A empresa McDonald's suspendeu a compra de produtos derivados da soja amazônica da multinacional. O McDonald's percebeu que seus consumidores da

■ A RETIRADA DA FLORESTA PARA A PLANTACÃO DE SOJA, DESVIA OS RUMOS DO MEIO AMBIENTE E DA POPULAÇÃO



União Européia estavam assimilando o nome da empresa com destruição da Amazônia.

“Não sei o que é soja sustentável, mas isso não quer dizer que sou contra a soja e o agronegócio, pois sou um crítico em relação à maneira como é feito isso no bioma amazônico. Vejo que é triste e vergonhoso se desmatar floresta primária para plantar soja, pois temos muitas terras abandonadas no sul e no sudeste do Brasil”, disse Caetano.

SOJA E PROBLEMAS CLIMÁTICOS

Pesquisa realizada pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/Inpe) revela

que a retirada da vegetação nativa para o cultivo de soja diminuiu em 47,4% a precipitação na Amazônia Oriental e de 42% em áreas de pasto.

Com a retirada da floresta para a plantação de soja, o solo fica exposto à radiação solar, o que deixa a atmosfera mais quente, principalmente entre uma safra e outra, causando intensos impactos no clima regional.

Os dados revelam que o impacto não é sentido apenas na Amazônia, mas no Brasil e no mundo. Se o desmatamento atingir os 40%, a pesquisa do CPTEC projeta alterações nos padrões de vento, temperatura e umidade, na ordem de 15% a 20%, em parte da Europa e da América do Norte.

■ O SERINGUEIRO RAIMUNDO COSTA FALA DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA FLONA DO TAPAJÓS, POR CONSEQUÊNCIA DO DESMATAMENTO



AS VEIAS ABERTAS DA AMAZÔNIA

Não é preciso estar em terra firme para que o cenário montado na memória salte aos olhos. Ao vivo e em diversas tonalidades de verde, a Amazônia logo se apresenta à investigação dos expectadores que sobrevoam, em alguns pés de altitude, o Estado do Pará.

“Como ela é imensa!”, observo atentamente ao passo que tento, com a câmera em punho, capturar os primeiros lances de imagem da floresta. Da mesma janela do avião, alegria e indignação se confundem: é apenas a realidade que se mostra a olho nu. Em pouco tempo, o verde é ofuscado por clareiras na mata. São enormes buracos de terra, resultados do desmatamento predatório, que nos revelam as veias abertas da maior floresta tropical do mundo.

A Amazônia é um dos ecossistemas mais ricos do Planeta, caracterizando-se como a maior reserva de água doce, plantas e animais da atualidade. Com cerca de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, ela atinge áreas de nove países da América do Sul. A Amazônia brasileira compreende 3.581 quilômetros quadrados. A chamada Amazônia Legal é maior ainda, cobrindo 60% do território em um total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados. Ela abrange os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, oeste do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins.

Apesar de gigantesca, os dados revelam que, nos últimos vinte anos, a área de floresta desmatada na Amazônia Legal corresponde a cerca de 360 mil quilômetros quadrados. Desde a colonização do País, foram destruídos cerca de 550.000 quilômetros quadrados de floresta.

A destruição da floresta amazônica, além de reduzir a biodiversidade do Planeta, causa erosão dos

solos, degrada áreas de bacias hidrográficas, libera gás carbônico para a atmosfera e promove o desequilíbrio ambiental e social. Os impactos recebidos pela floresta são visíveis e aumentam a cada dia, trazendo discussões sobre o futuro da Terra.

Segundo dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), referentes ao mês de junho, o desmatamento na floresta amazônica aumentou, totalizando uma área de 612 quilômetros quadrados. De acordo com o Instituto, o Pará e o Mato Grosso são os estados mais desmatados.

O desmatamento da floresta amazônica começou no fim da década de 1960, quando os militares decidiram ocupar o território para preservá-lo dos especuladores internacionais. A medida em prol da “nacionalização” da Amazônia incentivava mediante a distribuição de terras e subsídios, os brasileiros corajosos a habitarem a selva.

Na época, chegavam milhares de pessoas de todos os cantos do País para trabalhar nas terras, explorando a floresta para cultivar seu alimento e obter alguma fonte de renda. Segundo Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, com sede em Santarém, Pará, o desflorestamento da Amazônia teve início com a extração da madeira, seguida pela pecuária, a qual perde espaço, atualmente, para o cultivo da soja.

Até hoje, a exploração madeireira ainda figura como uma das principais responsáveis pelo desmatamento da floresta. De acordo com dados do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial sobre Desmatamento na Amazônia, desde 2004, foram apreendidos cerca de 24,5 milhões de metros cúbicos de madeira em tora provenientes de extração ilegal, o que representa a destruição de 6,2 milhões de árvores.

O destino de 64% da madeira amazônica é o mercado interno e 36% atendem ao mercado externo. As exportações saltaram de 381 milhões de dólares, em 1998, para 943 milhões em 2004. Apesar de a maior parte da extração madeireira na Amazônia ser ilegal, sabe-se que ela é responsável pela criação de vários empregos diretos e indiretos. Em 1998, esse setor ofereceu 353 mil empregos e em 2004 foi de 379 mil o número de pessoas empregadas direta ou indiretamente.

Por não terem outra fonte de renda ou mesmo por se sentirem coibidos pelos madeireiros, muitos moradores contribuem com a venda da madeira ilícita. Até mesmo alguns índios costumam trabalhar no extrativismo ilegal da floresta amazônica. Além disso, a própria falta de infraestrutura e a dificuldade de fiscalização dos organismos governamentais abrem espaço para o comércio ilegal da madeira.

A qualidade do solo e da chuva na região, além do baixo custo das terras e a criação de linhas de crédito pelo Governo facilitaram a vinda dos primeiros grupos de pecuaristas e agricultores do Sul e do Sudeste para a Amazônia. O preço das terras para a prática da agropecuária na floresta amazônica chega a custar em média um décimo do valor das áreas do Sudeste. Além disso, os bancos oficiais costumam oferecer aos agropecuaristas linhas de crédito com juros

anuais subsidiados na faixa de 5% a 9% - contra 26% a 34% em outras regiões.

A agropecuária praticada na floresta cresceu nos últimos anos, atraindo olhares não só dos brasileiros, mas também de grandes empresas multinacionais. Atualmente, 36% do gado bovino e 5% das plantações de soja do país encontram-se na região amazônica.

De acordo com o Imazon, entre 1990 e 2003, a pecuária na Amazônia Legal foi alvo de um aumento de 140%, passando de 26,6 para 64 milhões de cabeças de gado. A taxa média de crescimento anual da pecuária na Amazônia foi de 6,9%, dez vezes mais do que no resto do País.

Mato Grosso, Pará e Rondônia foram os principais produtores no período. Segundo o Imazon, em 2000, a maior parte da carne produzida pelos frigoríficos da Amazônia abasteceu o mercado nacional, principalmente as regiões Nordeste e Sudeste. Em 2007, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) estimou que 75% da área desmatada na Amazônia é ocupada pela pecuária. São 70 milhões de bovinos, e um terço está no Mato Grosso.

SOJA, A VILÁ DO DESMATAMENTO

A soja chegou ao País com a vinda dos primeiros imigrantes japoneses, em 1908. Sua expansão

■ O BARCO HOSPITAL ABARÉ – ‘CUIDADOR’ NA LÍNGUA TUPI – É UMA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE QUE ATENDE MENSALMENTE 2.500 FAMÍLIAS DO RIO TAPAJÓS



iniciou-se na década de 1970, com o interesse crescente da indústria de óleo e a demanda do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que se destaca com uma das principais vilãs do desmatamento da floresta amazônica, a soja é também a heroína das exportações brasileiras.

Já em 2003, o Brasil passou a figurar como o segundo produtor mundial de soja, responsável por 52 milhões, dos 194 milhões de toneladas produzidas no contexto global ou 26,8% da safra mundial. Estudos do Instituto de Estatística e Pesquisa Econômica (IEPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), demonstram que no ano de 2010 o Brasil deverá produzir de 57 a 75 milhões de toneladas de soja.

Sabe-se que boa parte das pastagens degradadas é convertida em áreas agrícolas. O pecuarista vende o pasto para o cultivo da soja e continua o ciclo do desmatamento na floresta. Apesar dessa re-utilização do solo, segundo o Imazon, até 2004, cerca de 1,2 milhão de hectares de floresta foi convertido em plantação de soja só no Brasil. Isso porque desmatar áreas de florestas intactas custa bem mais barato para as empresas do que investir em novas estradas, silos e portos para utilizar áreas já desmatadas.

Para Caetano Scannavino, a soja é, atualmente, a principal responsável pelo desflorestamento da Amazônia no oeste do Pará e no Mato Grosso, pois além de ocupar áreas desmatadas, ela impulsiona a exploração de novas terras pela pecuária. No oeste paraense, a instalação do porto da Cargill, maior multinacional graneleira do mundo, e a construção da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), caracterizam o impulso da exploração sojeira na Amazônia.

Além do desequilíbrio ambiental, nos locais onde ocorrem os maiores índices de desmatamento, também são verificados graves problemas sociais. O desflorestamento enriquece as multinacionais e os grandes proprietários, ao passo que prejudica a natureza e as populações que dela sobrevivem. Para Scannavino, além do desmatamento, as principais conseqüências da sojicultura são a violência, a elevação da concentração de renda, o êxodo rural, a favelização e o desemprego.

O FUTURO DA AMAZÔNIA

“É preciso nacionalizar a Amazônia e amazonizar o mundo. Nós temos que pensar o global e o local ao mesmo tempo” - declarou Scannavino, ao avaliar as medidas necessárias para a preservação da floresta amazônica nos próximos anos. Para ele, o futuro da Amazônia depende de projetos que priorizem o desenvolvimento sustentável da floresta por meio de práticas que utilizem os recursos naturais que a região oferece, da elaboração de uma política fundiária efetiva e de ordenamento territorial, do combate à cultura do “ilegal” e da promoção da cidadania e inclusão social das populações tradicionais.

Desde 1987, o Projeto Saúde e Alegria (PSA) atua no oeste do Pará na promoção do desenvolvimento sustentável das populações da Amazônia. Com cerca de 30 mil beneficiários em 150 comunidades, o PSA é responsável pela articulação de projetos nas áreas de saúde, economia, educação, cultura e comunicação.

Na área da saúde, o barco Abaré – “cuidador”, na linguagem indígena - atende mensalmente 2 500 famílias do rio Tapajós com consultas de emergência e por meio de programas de saúde da mulher e da criança.

A principal importância do PSA está no fato de ele buscar o desenvolvimento da Amazônia por intermédio da gestão participativa das próprias comunidades, seja por meio de projetos que envolvem o uso da floresta para a geração de renda, como a produção do couro ecológico, ou da educomunicação pela Rede Macoronga de Comunicação Popular, onde os jovens produzem jornais, vídeos e programas de rádio a fim de retratar e discutir a realidade local.

Dessa forma, a idéia para o desenvolvimento do homem e preservação de ecossistemas como a Amazônia parece ser a mesma discutida, em 1972, pelo filósofo francês Herbert Marcuse: “A restauração da Terra como meio ambiente humano não é apenas uma idéia romântica, estética, poética, que só diz respeito a privilegiados: é uma questão de sobrevivência...”.

AMOR E ÓDIO: O CENÁRIO ATUAL DA AMAZÔNIA

Da correria cotidiana das capitais do Brasil, para a tranqüilidade dos rios de Santarém, no oeste do Estado do Pará. Durante três dias, ambientalistas, jornalistas ambientais e universitários de jornalismo estiveram reunidos na Amazônia para discutir a sustentabilidade, o desmatamento e as mudanças climáticas da região. Troca de experiências e momentos oportunos para colocar em atuação a teoria com a prática jornalística.

A oportunidade rendeu boas observações e análises feitas pelos participantes. Uma delas diz respeito à forma como a falta de preservação da Amazônia reflete negativamente na vida dos moradores e, principalmente, das 150 comunidades ribeirinhas do rio Tapajós. Um problema à vista para Santarém, município do tamanho da Bélgica, que tem 47,5% da população menor de 15 anos.

Outra constatação é que em um mesmo espaço disputam território projetos que buscam a sustentabilidade da Amazônia e sojeiros, praticando a agricultura mecanizada, e madeireiros responsáveis por conflitos, pelo êxodo rural e pelo desmatamento de uma floresta que é tida como o pulmão do mundo e que registra cerca de 110 mil focos de calor, o que os especialistas consideram um forte indício de incêndio.

Uma das iniciativas que seguem caminhando na busca de livrar a floresta é o Projeto Saúde e Alegria (PSA), que atua na Amazônia, especificamente nos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, desde 1987. “O papel de solucionar o problema do desmatamento, por exemplo, é de todos: governo, sociedade civil, setor privado, academia e mídia”, afirma o coordenador do projeto, Caetano Scannavino.

Entre os principais objetivos do programa estão o fortalecimento dos povos da floresta, a construção

de tecnologias sociais de baixo custo e articular com os setores sociais, públicos e privados.

Mesmo com todo o trabalho, o problema do desmatamento, por exemplo, é um dos mais sérios da floresta. De acordo com especialistas, 4.142 km² da Amazônia já estão totalmente desmatados. Os meses com maior gravidade são junho e julho, por causa da forte presença da atividade pecuarista. “As pessoas fogem do problema. Nunca há um culpado para a questão do desmatamento”, reclama o representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Anderson Silva da Costa.

Esta situação preocupa a brasileiros e estrangeiros, visto que os 6,5 milhões de km² da Floresta Amazônica estão em Território nacional e em mais oito países da América do Sul. É ainda na Amazônia onde estão 425 espécies de mamíferos, sendo considerada a floresta com a maior biodiversidade do mundo.

Em 2007, foram investidos 3 milhões e 8 mil Reais para fiscalização no Pará. Deste montante, 2 milhões e 11 mil Reais somente para o Município de Santarém. Com o investimento, foram criadas unidades de conservação com o objetivo de diminuir o desmatamento. Uma tentativa de saída para minimizar o problema de cerca de 200 mil índios que moram na floresta, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Outra iniciativa do Projeto Saúde e Alegria que busca a sustentabilidade não apenas da floresta, mas também o bem-estar dos moradores é o barco Abaré, que em tupi significa “amigo cuidador”, a primeira unidade móvel do Programa Saúde da Família, que presta atendimento básico para as comunidades, muitas delas, ribeirinhas. O barco



■ O AMANHECER EM ALTER DO CHÃO É UM VERDADEIRO ESPETÁCULO DA NATUREZA

atende a cerca de seis mil famílias. As visitas são feitas em um período de um mês a 40 dias. A prevenção de doenças é feita com acompanhamento ginecológico, oftálmico, nutricional e com a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), que trata dos casos considerados emergenciais. “O Abaré é um verdadeiro modelo de iniciativa que busca a dar conforto e alento aos moradores da floresta. Eles precisam de bons cuidados para estar sempre aptos a cuidar do que é deles e nosso, a Amazônia”, revela o coordenador do barco, o médico Fábio Tosi.

Os programas de sustentabilidade têm conseguido resultados positivos. O primeiro deles pode ser observado no município de Belterra, onde vivem aproximadamente 20 mil habitantes. Uma cidade sempre marcada pela presença pelo ciclo da borracha e que até 1996 estava ligada à Santarém. Depois que foi emancipado, Belterra passou a gerir seus destinos. Geração de renda, qualidade na educação, surgimento da rádio comunitária e a melhoria na saúde são algumas constatações de quem passa pela cidade.

Coordenador do Núcleo de Comunicação Social do Projeto Saúde e Alegria, Fábio Pena, 28, diz que o município é um exemplo de desenvolvimento sustentável. “O telecentro, por exemplo,

é um programa que permite a inclusão digital e cursos de qualificação profissional para 120 crianças, adolescentes e adultos da cidade, por meio das aulas de informática”.

Exemplo da eficiência do telecentro é o aluno Eder Pereira, 19, que há um ano faz parte do projeto. “Desde que entrei, consegui mais experiência com os cursos e agora tenho uma visão até mesmo para ensinar um dia o que aprendo”, diz Eder.

O segundo resultado positivo pode ser visto na Comunidade Maguari. Os moradores agora podem ter maior qualificação, inclusive com a presença da rádio comunitária, que expande as notícias e capacitações realizadas na comunidade. O presidente da Associação dos Moradores de Maguari, Raimundo Costa, 68, conta que antes os trabalhos comunitários eram bons, mas não suficientes para dar qualificação aos moradores. Segundo o presidente da Associação, agora com a presença de organizações não governamentais (ONGs), ficou mais fácil capacitar os jovens e adultos de Maguari.

Durante as cheias, o rio Tapajós recebe as correntezas, que trazem grande quantidade de capim. Quando as águas baixam, e chega o verão, o ca-

pim seca e queima as árvores. Como consequência acabam com os igapós, considerados ambientes naturais de muitos peixes.

Mesmo com todos os projetos e iniciativas em prol da sustentabilidade do local, ainda hoje existem ações que incentivam o desmatamento. Em 1999, a prática da extração da madeira, por exemplo, gerou 353 mil empregos diretos e indiretos. Já em 2004, este número subiu para 379 mil empregos.

Com relação à exportação do mesmo produto, em 1999, a atividade gerou uma renda de 380 milhões de dólares, enquanto que em 2004, o valor total exportado da madeira foi de 900 milhões de dólares.

Todas estas práticas, ao mesmo tempo em que aquecem a economia interna da Região Norte do

Brasil, também contribuem para a degradação da floresta. De acordo com dados do Imazon, 60% do desmatamento da região acontecem no Pará.

Outro fator preocupante para os ambientalistas diz respeito à plantação e colheita da soja, uma atividade presente na floresta. Na hora da colheita, principalmente, sojeiros ajudam, aceleradamente, para o desmate.

São situações como estas que moradores e ribeirinhos vivenciam em seu dia-a-dia. A opção para conter este avanço humano não sustentável na Amazônia fica por conta das políticas públicas desenvolvidas e colocadas em prática.

De longe, ambientalistas, pesquisadores, acadêmicos e sociedade civil de maneira geral pedem e aguardam um futuro mais promissor para o bem-estar social dos brasileiros e natural da Floresta Amazônica.



■ COLHEITA DA SOJA CONTINUA SENDO UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

AMAZÔNIA: QUEM É O DONO DO PROBLEMA

A Amazônia, o território com a maior biodiversidade do mundo, está ameaçada. Com um desmatamento atual de 4.142 km² entre os meses de agosto de 2007 até maio de 2008, demonstra que a estatística já supera a do ano passado e, com o crescimento a cada ano, o fim da Amazônia já é previsto em curto prazo.

De acordo com Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) já são 176 km² de hectares de floresta destruídos só na região do Pará. A região vive um impasse entre o agronegócio que cresce na região e a utilização da matéria-prima retirada da floresta, a ausência de um projeto de desenvolvimento sustentável colabora para o crescente índice de desmatamento na região. Enquanto não é aplicado um projeto capaz de preservar os habitantes e a floresta, a região vive um conflito que envolve interesses na economia e na luta pela preservação da parte ainda intocável da floresta.

Na visão do engenheiro, especialista em Estatística e pesquisador assistente do Imazon, Anderson Costa, nem tudo está perdido, pois existem sistemas de monitoramento, com dados diários sobre o que está acontecendo na Amazônia. O que falta é um melhor aproveitamento desses dados com campanhas de prevenção. Estes dados não vão gerar qualquer milagre, a solução vai ser pressionar com atitudes positivas, que vão fazer com que diminua a situação do desmatamento na Amazônia.

O agronegócio é uns dos motivos que mais mata na Amazônia. Empresas estrangeiras instaladas na região aplicam seus investimentos em áreas diferentes, o que causa concentração de renda, desemprego na região - por não utilizar a mão-de-obra para a colheita do plantio -, e o êxodo

rural. A soja é uns dos maiores motivos para o crescente número de desmatamento na região do Pará, o que enseja também violência para o estado. É forte ainda o conflito entre militantes ambientalistas e parte da população que busca o crescimento da região.

Crimes conjugados, trabalhos escravos e pistola-gem fazem parte desse contexto, ligando a soja e o desmatamento. A falta de controle prejudica medidas provisórias na região. Segundo Daniel Cohenca, chefe regional, em Santarém, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), desmatar é um processo caro. O problema ambiental não pode ser só do meio ambiente, ninguém desmata por gostar, mas por existir um lucro por trás disso. Há toda uma cadeia que envolve esses interesses. O modelo de desenvolvimento da Amazônia ainda continua baseado em madeira, gado e soja. Para Cohenca é necessário um modelo diferenciado, precisa de uma cultura sustentável nos bancos para o financiamento de atividades voltadas para a preservação.

O que estava previsto para acontecer em 2042 já está ocorrendo hoje. São dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). A questão do desmatamento e o mau uso da floresta são aspectos comprometedores para o aquecimento global. Com a derrubada de árvores aumenta o aquecimento faz com que o processo de evaporação seja lento, provocando calor e fragilizando a maior bacia hidrográfica e sua rica biodiversidade em riquezas naturais.

A mineração e madeireira são os maiores causadores do desmatamento, seguidos da soja, da pecuária e da agricultura familiar. A maior preocupação está com os habitantes da região que necessitam

da floresta para sua sobrevivência. Um modelo de atividade sustentável conseguiria efetivamente conservar a base de recursos naturais. Diante do desafio de salvar o que ainda resta da floresta, torna-se necessária a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, com o financiamento de atividades sustentáveis que causariam menos danos à região.

Apesar da situação preocupante e da ausência de um plano de desenvolvimento sustentável, a população tenta fazer sua parte na busca pela sobrevivência. Moradores da comunidade ribeirinha de Maguari, no rio Tapajós, por meio de parceria, produzem couro ecológico para a confecção de artesanato como bolsas, cintos e animais em miniatura, utilizando o látex colhido da seringueira. A utilização da floresta para a sobrevivência dos habitantes da região - e que ainda tentam entrar na luta para a conservação da floresta -, é grande, mas ainda muito pequena diante do ciclo vicioso do desmatamento com a expansão da soja, ocupação que se tornou 100% nas áreas desmatadas da região, áreas estas que seriam utilizadas pela pecuária. Em consequência, a pecuária avança para áreas de preservação.

O Estado do Pará mostra ainda suas precariedades, com pequeno número de fiscais do IBAMA - são 8.050 km² para um dos 155 fiscais -, que dificulta o trabalho de fiscalização no Estado. A atuação de ONGs e instituições na região buscam o combate ao desmatamento, com projetos que envolvem a floresta e os habitantes como o caso do Projeto Saúde e Alegria. Por meio de projetos sociais, o PSA fomenta cidadania e inclusão social para a população. Entre os projetos estão saúde comunitária, com assistência médica para comunidades inacessíveis; projetos de capacitação para a economia dos habitantes da

região; e projetos que envolvem cultura ligada à educação ambiental.

A falta de um projeto capaz de interligar todos os problemas sociais e naturais da região deixa uma dúvida sobre as conseqüências para a Amazônia. Enquanto esse projeto não chega, a floresta vai sendo desmatada. O patrimônio da humanidade está perdendo sua biodiversidade em espécies de plantas e animais e a exploração madeireira ainda é forte componente. Um programa de monitoramento utilizado pelo governo federal, o PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) faz o levantamento da interferência humana sobre a Floresta Amazônia - um processo de interpretação assistida pelo computador pra cálculo da taxa de desmatamento na Amazônia - e o Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real), conseguem transmitir relatórios mensalmente sobre a situação do desmatamento na Amazônia. O que falta é maior utilização desses dados pela mídia e autoridades, capazes de ajudar a controlar a utilização mal feita da floresta.

Outro problema são as estradas não oficiais abertas para facilitar o acesso a áreas preservadas com o intuito de desmatamento. Uma das maiores dificuldades está, ainda, no controle dessas áreas que são utilizadas para a agricultura familiar. A falta da regulamentação fundiária das propriedades rurais e a ausência de um projeto capaz de desenvolver um formato de atividade produtiva sustentável facilitam a ocupação dessas áreas para o crescimento das estatísticas do desmatamento. Um modelo de desenvolvimento possibilitaria a parceria para a melhoria da qualidade de vida respeitando os limites da capacidade dos ecossistemas. A utilização de recursos renováveis, de acordo com sua capacidade de reprodução, resultaria em um desenvolvimento sustentável para a região, que resguardaria o patrimônio da Amazônia.

■ A PLANTACÃO DE SOJA NA REGIÃO DO PARÁ É UNS DOS MOTIVOS PARA O AUMENTO DO ÍNDICE DE ÁREAS DESMATADAS



CRÉDITO DAS FOTOS DOS TEXTOS:

Página 14 – Gerlene Rodrigues da Cruz

Página 15 – Miguel Macedo

Página 17 – Lisa Portz

Página 18 – Rafaella Parente

Páginas 20 e 21 – Thiago Mendes

Páginas 23 e 24 – Edwirges Nogueira

Páginas 26 e 27 – Pedro Alves Neto

Página 30 – Carol Domingues

Página 32 – Isabelle Azevedo

Página 35 – Gisele Soares

Página 38 – Dionísio Carvalho

Página 39 – Miguel Macedo

Página 41 – Lisa Portz

Páginas 44 e 45 – Leal Mota Filho

Página 47 – Miguel Macedo

PROGRAMAÇÃO

• Primeiro dia – 22 de junho, domingo

11 horas - Chegada a Santarém

19 horas - Abertura, boas vindas, apresentações e informações adicionais sobre o programa

Local: Sede do Projeto Saúde e Alegria

Anja Czymmeck - Representante da Fundação Konrad Adenauer, Escritório de Fortaleza

Miguel Macedo - Coordenador de projetos da Fundação Konrad Adenauer, Escritório de Fortaleza

Caetano Scannavino - Coordenador do Projeto Saúde e Alegria

Conferência de introdução: As vocações naturais da Amazônia e os interesses da população local

Caetano Scannavino

Coordenador do Projeto Saúde e Alegria

20h30min – Confraternização no Amazon Park Hotel

• Segundo dia – 23 de junho, segunda-feira

8h30min – Abertura dos trabalhos no Projeto Saúde e Alegria e Palestra:

Desmatamento na Amazônia Legal

Anderson Silva da Costa, Belém - PA

Pesquisador Assistente na Área Ambiental e Sensoriamento Remoto

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON

Palestra:

Um modelo de desenvolvimento inovador e sustentável para a Amazônia

Daniel Cohenca

Chefe Regional do IBAMA em Santarém, PA
Ministério do Meio Ambiente – MMA

10h30min – Sessão de perguntas

12 horas – Intervalo para almoço

14 horas – Palestra:

O valor da Amazônia - como quantificá-lo, explorá-lo e distribuí-lo melhor (45 min)

Marcelo Leite

Jornalista PhD, São Paulo, SP

Palestra:

Experiências de repórter e correspondente no cotidiano da Amazônia (45 min)

Adalberto Marcondes

Jornalista, editor e diretor da Agência e Revista Envolverde

15h30min – Sessão de perguntas

16 horas - Intervalo

16h15min – Apresentação e Palestra:

Mudança climática nos jornais da América Latina

Ana Jacoby

Cientista política e Assistente do Programa de Meios de Comunicação e Democracia na América Latina da Fundação Konrad Adenauer, escritório de Buenos Aires, Argentina

17 horas – Sessão de perguntas

18h30min – Encerramento bate-papo com palestrantes

20 horas – Jantar no Amazon Park Hotel

• **Terceiro dia, 24 de junho, terça-feira**

Roteiro da viagem de campo:

7 horas – Saída de Santarém para Belterra (micro ônibus). Em Belterra, visita à Casa Brasil – local onde funciona um telecentro comunitário e ações de educomunicação – bate papo com os jovens e ida para Maguari, passando por áreas de plantio (soja, arroz,...).

11 horas – Chegada à comunidade de Maguari (Floresta Nacional do Tapajós - FLONA). Visita ao laboratório de couro ecológico, telecentro e rádio comunitária

12h30min – Encontro com o B/M Saúde & Alegria. Almoço a bordo

13h30min – Visita ao Navio Abaré

14h30min – Ida à Jamaraquá. Passeio pelo igarapé

16h30min – Retorno à Santarém no B/M Saúde & Alegria

20h30min – Confraternização em restaurante da cidade – conclusões e encerramento

Quarto dia, 25 de junho, quarta-feira

12 horas – Observações finais e entrega dos certificados

13 horas – Encerramento

**PARTICIPANTES DO LABORATÓRIO
AMBIENTAL PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO:**

Caroline de Almeida Braga Domingues
Universidade Federal do Ceará – UFC - Ceará
caroledominges@gmail.com

Clecirley Lopes de Mendonça
Faculdade Santo Agostinho – FSA - Piauí
leninha_clm@yahoo.com.br

Dionísio Carvalho Neto
Universidade Estadual do Piauí – UESPI - Piauí
dionisiojornalista@yahoo.com.br

Edwirges Nogueira de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC – Ceará
e.frida@yahoo.com.br

Francisco das Chagas Leal Mota Filho
Universidade de Fortaleza – UNIFOR – Ceará
Leal_filho86@hotmail.com

Gerlene Rodrigues da Cruz
Universidade de Fortaleza - UNIFOR - Ceará
gerlenerodrigues@uol.com.br
gerlenerodrigues@gmail.com

Giselle Soares Menezes Silva
Universidade Federal do Ceará – UFC – Ceará
gisellesms@gmail.com

Isabelle Azevedo Ferreira
Universidade Federal do Ceará – UFC - Ceará
isabelle.azevedo@gmail.com

Julianna da Silva Sampaio
Universidade Federal do Ceará – UFC – Ceará
juliannasamp@gmail.com

Luciano Ferreira Nascimento
Universidade Federal do Maranhão – UFMA -
Maranhão
luckiano@yahoo.com.br

Pedro Alves dos Santos Neto
Faculdade 7 de Setembro – FA7 - Ceará
opedroalves@gmail.com

Pollyana Neves Rocha
Universidade Federal do Piauí – UFPI - Piauí
jornalistapollyana@hotmail.com

Rafaella Parente de Sousa
Universidade Federal do Ceará – UFC – Ceará
parenterafaella@gmail.com

Thiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC – Ceará
thiago_nia@yahoo.com.br

Waleska Fiúza Thompson
Universidade de Fortaleza – UNIFOR – Ceará
waleskathompsonj@hotmail.com

Participantes de Santarém:
Ailanda Ferreira Tavares
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
ailanda11@yahoo.com.br

Albanira Maria Coelho
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
tennesse@elroi.com.br

João Georgios Ninos
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
jota.ninos@gmail.com

Juliane de Oliveira Sousa
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
julianeoliveira@gmail.com

Júlio César Guimarães Antunes
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
juliocesarguimaraesantunes@gmail.com

Wellison Costa de Sousa
Instituto Esperança de Ensino Superior –
IESPES – Pará
costa.wellison@gmail.com

PALESTRANTES

Marcelo Leite
Jornalista - São Paulo - SP
mleite@uol.com.br

Adalberto Marcondes
Jornalista - Agência Envolverde - São Paulo - SP
dal@envolverde.com.br

Anderson Silva da Costa
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Ama-
zônia – IMAZON – Belém – PA
anderson@amazon.org.br

COORDENAÇÃO

Anja Czymmeck
Representante da Fundação Konrad Adenauer
no Escritório de Fortaleza - CE
anja.czymmeck@kas.de

Miguel Macedo
Coordenador de Projetos da Fundação Konrad
Adenauer em Fortaleza – CE
miguel.macedo@kas.de

Ana Jacoby
Assistente – Programa Medios de Comunicación
y Democracia en Latinoamérica da Fundación
Konrad Adenauer em Buenos Aires - Argentina
ana.jacoby@kas.de
medios.buenosaires@kas.de

Caetano Scannavino
Coordenador do Projeto Saúde e Alegria em
Santarém – PA
caetano@saudeealegria.org.br

Fabio Pena
Coordenador Núcleo de Comunicação Social
fabinho@saudeealegria.org.br

Paulo Lima
plima@saudeealegria.org.br

AGRADECIMENTOS

Moradores da Comunidade de Maguari
Moradores da Comunidade de Jamaracá
Jovens do Telecentro de Inclusão
Digital em Belterra
Alciney Feitosa, coordenador do Grupo
de Produção de Couro Ecológico da
Comunidade de Maguari, Floresta Nacional
do Tapajós - PA
Raimundo Costa, presidente da Associação
Comunitária de Maguari
Elaine Cristina Pisa, Valcléia Lima e tripulação
do barco do Projeto Saúde e Alegria
Tripulação do Barco Abaré